

ATA DA TRIGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 26-4-2021.

Aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário, Reginete Bispo e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registrou presença Claudio Janta. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 014/21 e o Projeto de Lei do Legislativo nº 083/20 (Processos nos 0307 e 0216/20, respectivamente), de autoria de Aldacir Oliboni; o Projeto de Lei do Legislativo nº 040/21 (Processo nº 0144/21), de autoria de Comandante Nádia; o Projeto de Lei do Legislativo nº 129/21 (Processo nº 0345/21), de autoria de Daiana Santos; o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 003/21 e o Projeto de Lei do Legislativo nº 044/21 (Processos nos 0106 e 0151/21, respectivamente), de autoria de Fernanda Barth; o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 005/21 (Processo nº 0177/21), de autoria de Jessé Sangalli; o Projeto de Lei do Legislativo nº 073/21 (Processo nº 0235/21), de autoria de José Freitas; o Projeto de Lei do Legislativo nº 138/21 (Processo nº 0361/21), de autoria de Leonel Radde. Também, foram apregoadas a Emenda nº 02, assinada por Comandante Nádia, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 090/21 e a Emenda nº 03, assinada por Airto Ferronato, ao Projeto de Lei do Executivo nº 003/21 (Processos nos 0266 e 0115/21, respectivamente). Ainda, foram apregoados os seguintes ofícios, do Prefeito: nº 486/21, informando a disponibilização de sistema para a inclusão de ações definidas pelo Legislativo com vistas à elaboração do Plano Plurianual; nº 524/21, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Executivo nº 004/20 (Processo nº 0033/20). Foram apregoados os seguintes requerimentos, deferidos pelo Presidente, solicitando o desarquivamento de proposições: de autoria de Aldacir Oliboni, para o Requerimento nº 017/17 e o Projeto de Lei do Legislativo nº 278/18 (Processos nos 0315/17 e 0651/19, respectivamente); de autoria de Mônica Leal, para o Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 005/19 e o Projeto de Lei do Legislativo nº 071/19 (Processos nos 0314/19 e 071/19, respectivamente). Também, foi apregoado comunicado firmado por Giovane Byl e Hamilton Sossmeier, informando que, a contar do dia vinte e dois de abril do corrente, passaram a exercer, respectivamente, os cargos de Líder e Vice-Líder da Bancada do PTB. A seguir, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Ricardo Morand Goes, presidente da Sociedade dos

Surdos do Rio Grande do Sul, que se pronunciou acerca do transcurso do quinquagésimo novo aniversário da Sociedade dos Surdos do Rio Grande do Sul. Durante o pronunciamento de Ricardo Morand Goes, Luciana Côrte Real atuou como intérprete. Em continuidade, nos termos do artigo 206 do Regimento, Pedro Ruas, Aldacir Oliboni, Ramiro Rosário, Daiana Santos, Aírto Ferronato, José Freitas e Roberto Robaina manifestaram-se acerca do assunto tratado em Tribuna Popular. Após, foi aprovado requerimento verbal formulado por Márcio Bins Ely, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão, sendo iniciado o período de COMUNICAÇÕES, destinado a assinalar o transcurso do Dia da Polícia Civil e Militar, nos termos de requerimento de autoria da Mesa Diretora (Processo SEI nº 014.00013/2021-16). Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Mônica Leal, Leonel Radde, Pedro Ruas, Alexandre Bobadra, Moisés Barboza, Aírto Ferronato, Comandante Nádia, Roberto Robaina e Felipe Camozzato. Em COMUNICAÇÕES, pronunciou-se José Freitas. Em prosseguimento, o Presidente concedeu a palavra a Nadine Tagliari Farias Anflor, Chefe de Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul, e a Vanius Cesar Santarosa, Comandante-Geral da Brigada Militar, que se pronunciaram acerca da presente solenidade. Em COMUNICAÇÕES, pronunciou-se Cláudia Araújo. A seguir, transcorreu o Grande Expediente, sem pronunciamentos. Às dezesseis horas, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi rejeitado o Projeto de Lei do Legislativo nº 001/20 (Processo nº 0001/20), por dez votos SIM e vinte e seis votos NÃO, considerando-se mantido o veto total oposto, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas, Reginete Bispo e Roberto Robaina e Não Aírto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Kaká D'Ávila, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Executivo 003/21 (Processo nº 0115/21), após ser discutido por Karen Santos, Jonas Reis, Matheus Gomes e Roberto Robaina. Na oportunidade, foi apregoado requerimento de autoria de Aírto Ferronato, deferido pelo Presidente, solicitando votação em destaque para a Emenda nº 03 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 003/21. Os trabalhos foram suspensos das dezesseis horas e trinta e quatro minutos às dezesseis horas e quarenta e seis minutos. Foi aprovado requerimento de autoria de Idenir Cecchim, solicitando que a Emenda nº 03 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 003/21 fosse dispensada do envio à apreciação de comissões permanentes, por vinte e três votos SIM e onze votos NÃO, tendo votado Sim Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Kaká D'Ávila, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário e Não

Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas, Reginete Bispo e Roberto Robaina. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 03 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 003/21, por onze votos SIM e vinte e três votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Airto Ferronato, Pedro Ruas, Leonel Radde, Roberto Robaina e Idenir Cecchim, tendo votado Sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas, Reginete Bispo e Roberto Robaina e Não Alexandre Bobadra, Alvoní Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Kaká D'Ávila, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Em continuidade, o Projeto de Lei do Executivo nº 003/21 foi encaminhado à votação por Pedro Ruas, Leonel Radde, Karen Santos, Mauro Pinheiro, Idenir Cecchim e Airto Ferronato. Foi aprovada a Mensagem Retificativa nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 003/21, por vinte e três votos SIM e onze votos NÃO, tendo votado Sim Alexandre Bobadra, Alvoní Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Kaká D'Ávila, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário e Não Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas, Reginete Bispo e Roberto Robaina. Foi aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 003/21, por vinte e um votos SIM e doze votos NÃO, tendo votado Sim Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoní Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, Kaká D'Ávila, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário e Não Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Jonas Reis, Karen Santos, Leonel Radde, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Pedro Ruas, Reginete Bispo e Roberto Robaina. Foi aprovada a Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 003/21, por dezenove votos SIM e doze votos NÃO, tendo votado Sim Alexandre Bobadra, Alvoní Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário e Não Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Jonas Reis, Karen Santos, Leonel Radde, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Pedro Ruas, Reginete Bispo e Roberto Robaina. Foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 003/21, por vinte e três votos SIM e onze votos NÃO, tendo votado Sim Alexandre Bobadra, Alvoní Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José

Freitas, Kaká D'Ávila, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário e Não Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas, Reginete Bispo e Roberto Robaina. Após, foi constatada a existência de quórum deliberativo, em verificação realizada por solicitação de Aldacir Oliboni. Em Discussão Geral e Votação, esteve o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 023/19 (Processo nº 0495/19), o qual, após ser discutido por Lourdes Sprenger e Leonel Radde, teve sua discussão suspensa, em face do esgotamento do prazo regimental da presente sessão. Às vinte horas e cinquenta e sete minutos, esgotado o prazo regimental da presente sessão, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Márcio Bins Ely. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Boa tarde a todos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Trinta e cinco Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Há quórum. Solicito que o diretor legislativo proceda à leitura das proposições.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura das proposições apresentadas à Mesa.)

Apregoo comunicado firmado pelos vereadores Giovane Byl e Hamilton Sossmeier, informando que, a contar do dia 22 de abril de 2021, passaram a exercer, respectivamente, os cargos de líder e vice-líder da bancada do PTB (documento nº 0226900, SEI nº 158.00051/2021-16).

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença da Sociedade dos Surdos do Rio Grande do Sul, que tratará de assunto relativo aos 59 anos de representatividade da Sociedade dos Surdos do RS pela comunidade surda. O Sr. Ricardo Morand Goes, presidente, por intermédio da intérprete de Libras, Sra. Luciana Côrte Real, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

SR. RICARDO MORAND GOES (por intermédio da intérprete de Libras, Sra. Luciana Côrte Real): Boa tarde a todos os vereadores, a todas as

vereadoras, diretores, diretoras, é uma satisfação estar aqui neste momento, ter sido convidado para representar esta homenagem, que é um reconhecimento à sociedade dos surdos e a esse trabalho em parceria com todos os amigos vereadores. Eu sou Presidente da Sociedade dos surdos do Rio Grande do Sul, a sociedade tem uma bandeira que significa a questão da construção, da força de todo o reconhecimento que nós, aqui na cidade de Porto Alegre, nós, comunidade surda, temos através de todos esse movimento construído e homenageado e valorizado em relação à conquista da nossa comunicação, que é a Libras, a Língua Brasileira de Sinais. Em momentos passados, em 1960, a comunidade surda sofria muitas dificuldades, muitas barreiras comunicacionais existiam, barreiras de acesso à informação em geral, o que acontecia na sociedade em geral. A comunidade surda começou a se encontrar em locais, em pontos de encontros para se comunicar entre si, trocar essas informações e se sentir melhor tendo essa comunicação e conseguindo ter essa troca dentro da sua própria cultura. Com isso, a comunidade tinha muitas angústias que ficavam guardadas porque não tinha com quem se comunicar. Nessa época, comunicando entre si, a comunidade conseguia contar depoimentos e vivências com os pares. Então, muitas conquistas na área da saúde, do esporte, da educação, da escola, muitas construções aconteceram. Por exemplo, em 1962, se inaugurou em Porto Alegre a primeira associação dos surdos, que é a Sociedade dos Surdos de Porto Alegre, servindo de modelo para que outras cidades criassem as suas associações. Pessoas de fora vinham para cá, para esse ponto de encontro, para ter contato com seus pares, com os surdos, com a comunidade em si, porque era muito importante essa forma de comunicação, que era Libras. Assim, a gente conseguia disseminar o conhecimento através da nossa língua.

Posteriormente, várias cidades utilizaram a nossa Sociedade dos Surdos como modelo; atualmente, existem 17 associações de surdos que foram criadas em várias cidades. É muito importante essa união e interação entre todos, questões políticas, educacionais relacionadas à comunidade surda, questões culturais, questões artísticas, questões relacionadas à área da saúde, terceira idade, esportes, principalmente reconhecendo e utilizando Libras como forma de expressão. Essas relações com várias cidades, assim como com outros países na fronteira, como Argentina, Uruguai, Chile, esse contato entre comunidades de vários países interagindo entre si em campeonatos de esporte, enfim... Então é muito bom. E o Brasil vai sendo reconhecido e valorizado através dessas trocas de culturas entre as comunidades surdas existentes no mundo inteiro.

Essa construção, então, no caso da Sociedade dos Surdos, que existe há 59 anos, já cresceu muito na verdade, todo o reconhecimento e valorização dela, assim como a questão de atenção e visibilidade, porque a Sociedade dos Surdos criou também a colônia de férias que fica no litoral, em Capão da Canoa. Existem essas duas sedes, a de Porto Alegre e a de Capão da Canoa, onde os surdos podem aproveitar as suas férias, existem alojamentos. É a primeira do mundo –com esse modelo de colônia, na verdade, é a única até então –, o Brasil foi pioneiro. Surdos de todo Brasil vão para essa colônia tirar as suas férias, aproveitar para jogar, praticar esportes, jogar cartas, nadar no mar. A gente é responsável por controlar essas duas sedes, a de Porto Alegre e a de Capão da

Canoa. Até então a quantidade de sócios da associação dos surdos tem aumentado, existem eventos, palestras, cursos, a gente oferece informações e trabalha com educação. Neste momento, por exemplo, da pandemia, não se pode ter o contato presencial, então, como estratégia, a gente está utilizando ferramentas da mídia para conseguir continuar os trabalhos e interagir com os demais sócios, enfim, através de *lives*, videoconferências. A gente também continua participando da política para defender os interesses e direitos humanos da sociedade e da comunidade surda de Porto Alegre. Então é uma luta; com o tempo, a gente vai agregando conquistas, em relação a leis também. É uma política pública da qual a gente precisa participar junto para conseguir esses ganhos.

Nós temos um trabalho, por exemplo, com o Ver. José Freitas, em que a gente auxiliou na questão da central de intérprete para atendimento ao público surdo da cidade. Por exemplo, na área da saúde, em espaços públicos, vai ser disponibilizado o serviço de intérprete para atendimento da comunidade surda em órgãos públicos de Porto Alegre. Auxiliamos a organizar esse processo, por isso precisamos reconhecer e dar o valor que a comunidade surda merece e entender as perspectivas e necessidades para que a gente consiga atender as demandas e entender que, muitas vezes, o surdo tem certos limites, precisando melhorar essa estrutura para a acessibilidade de atendimento da comunidade.

Uma novidade que queremos trazer é que as olimpíadas para surdos vão ser em Caxias do Sul, vão participar 4 mil atletas. A Sociedade dos Surdos está apoiando na organização desse evento, que vai dar muito reconhecimento e valorização para a comunidade surda, assim como visibilidade. Vai ser um movimento muito grande. Gostaria de agradecer a todos por este momento e por esta oportunidade. Um abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Sr. Presidente, Ver. Márcio Bins Ely; cumprimento o Sr. Ricardo Morand Goes, presidente da Sociedade dos Surdos. Há cerca de 30 anos, Ricardo, eu tive a oportunidade de atuar e auxiliar a Sociedade dos Surdos. Eu não sabia do evento em Caxias do Sul neste ano, acho importantíssimo. Eu acompanho esse trabalho com muito interesse, tenho familiares nessa condição. Acho que é um trabalho belíssimo, já fez muita diferença para as pessoas em geral portadoras da surdez e/ou familiares.

Eu reconheço esse esforço que vem através de inúmeras direções ao longo dos anos da Sociedade dos Surdos do Rio Grande do Sul, então, na pessoa do presidente Ricardo e da intérprete Luciana, cumprimento o trabalho brilhante que é feito e que devemos sempre valorizar. Estamos, como Câmara Municipal, como Poder Legislativo

da capital, à disposição para o que pudermos ser úteis. Parabéns pelo trabalho, sigam em frente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o Presidente da Câmara, Ver. Márcio Bins Ely; colegas vereadores e vereadoras. De modo especial, nesta Tribuna Popular, cumprimento a intérprete Luciana, como também o presidente da Sociedade dos Surdos, o Sr. Ricardo. Em nome da nossa bancada do PT – em nome, portanto, da Ver.^a Reginete Bispo, do Ver. Leonel Radde, do Ver. Jonas Reis e deste vereador –, quero parabenizar não só pela iniciativa de virem à Câmara para colocar aqui a importância que têm os trabalhos da comunidade surda, mas também pela luta incessante, desde 1857, se não me engano, quando foi fundada a primeira escola de surdos no País. Hoje, como expressou o Sr. Ricardo, são 17 associações no Estado do Rio Grande do Sul que tratam do tema.

Aqui na Câmara, Presidente Márcio, nós aprovamos, em 2018, uma resolução que eu faço questão de citar a todos os colegas vereadores e vereadoras, a Resolução nº 2.516, de 28 de julho de 2018, que obriga a tradução para a Língua Brasileira de Sinais, Libras, de todas as transmissões realizadas pela TVCâmara no Município de Porto Alegre. Até então, a gente não conseguiu viabilizar e executar, Presidente. E eu reforço a importância dessa lei que nós aprovamos na Câmara – até então, não colocada em prática –, e que não sejam somente as sessões transmitidas com a língua de sinais, mas também as notícias dos jornais, as comissões, as audiências públicas. Então, nesse sentido, é importante que as iniciativas da Câmara, como também do governo, possam trabalhar nessa direção da luta pelos espaços e pela criação de vagas de profissionalização desses cidadãos e cidadãs que buscam visibilidade para tal. Muito obrigado, parabéns pela ideia.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Cumprimento aqui o Ricardo e também a intérprete Luciana, que sempre desenvolve esse trabalho, a gente costuma ver o seu rosto e a sua fala fazendo a tradução em diversos momentos, desde campanhas publicitárias, também em eventos públicos – parabéns pelo trabalho feito. Eu, como luterano, sempre tive uma presença muito próxima do antigo Colégio Concórdia, ao lado da comunidade São Paulo, da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, que recentemente acabou fechando. Eram cerca de 88 vagas para crianças e jovens

surdos, desempenhavam um papel belíssimo. Eu sei que há algumas tratativas em andamento para que se possa retomar essa atividade, que é fundamental para essas crianças e jovens e, conseqüentemente, para as suas famílias, dadas as dificuldades que têm, muitas vezes, de poder fornecer um ensino adequado e realmente inclusivo a esses jovens. Então coloco à disposição o nosso gabinete, caso a comunidade, a Sociedade esteja tratando também desse assunto, para que nós possamos ser uma ponte entre poder público, entre a comunidade luterana e também entre a associação dos surdos para que possamos retomar essas atividades. Parabéns, mais uma vez, pelo trabalho. Sigo à disposição.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Daiana Santos está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Minha saudação é para este momento muito especial da Tribuna Popular, em nome da bancada do PCdoB, porque esse é um processo importantíssimo, quando a gente fala da acolhida, mas principalmente quando a gente fala da inclusão. Então, é muito feliz uma tarde em que nós recebemos vocês aqui. Quero deixar à disposição a nossa bancada, minha mandata, e também em nome da Ver.^a Bruna, para aquilo que for necessário, porque, enquanto a gente fala da inclusão, quando a gente fala desses processos reais, desta sensibilidade que é necessária até, nós precisamos, sim, estar à disposição. A sociedade é múltipla, é diversa, e para que a gente tenha a possibilidade de ter e dar acesso a todos, de uma forma equitativa, igualitária, é necessário que estejamos atentos às necessidades – ter vocês aqui hoje é um ponto importante para que a gente possa abrir espaços para que também outras pessoas que venham ter deficiências, outras organizações, que compreendam que estamos aqui para ser representantes da população como um todo. Sendo assim, ficamos à disposição. Um enorme abraço a todos, muitíssimo obrigada mais uma vez por estarem aqui presentes conosco, nos presenteando desta forma tão rica, com tantos detalhes, Luciana e Ricardo, porque isso só faz com que os nossos processos de trabalho venham a se aprimorar cada vez mais!

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Lá no final da década de 1980, início da década de 1990, no século passado ainda, eu apresentei um projeto de lei, que foi aprovado, que diz que os órgãos públicos do Município de Porto Alegre deveriam ter tradutores de linguagem de

sinais. Isso está andando bastante devagar, mas existe lei neste sentido. Dizer que ouvi da Luciana que o Ver. José Freitas estaria apresentando um projeto basicamente nos mesmos termos. Vamos estar junto, amigo José Freitas, vamos aprovar mais projetos e dizer que nós, aqui na Câmara – eu, em especial, falando em meu nome e em nome do PSB – trazemos um abraço a vocês, cumprimento pelas conquistas e pelas lutas, colocando-me à disposição aqui na Câmara, bem como o meu gabinete, para o que for necessário para contribuir com a entidade e suas demandas. Um abraço a todos, obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. José Freitas está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Parabenizo também a Sociedade dos Surdos do Rio Grande do Sul pela passagem dos seus 59 anos e pelo desenvolvimento que vocês têm em relação ao desenvolvimento desportivo, cultural, social e educacional que realiza, consolidando e ampliando a difusão da Língua Brasileira de Sinais – Libras. Na verdade, Ver. Ferronato, nós já aprovamos, aqui na Câmara de Vereadores, o projeto cria o Programa Central de Intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e de Guias Intérpretes para pessoas com deficiência auditiva, surdos e surdos-cegos. Nós sentamos, há poucos dias, junto com o Ricardo, junto com o prefeito Melo, conseguimos sensibilizá-lo, bem como os demais secretários, por quê? Porque no governo passado já tinha iniciado a central de intérpretes de modo virtual. E, conversando com a sociedade dos surdos, só a central virtual não é fundamental, precisa, na verdade, ter a presencial; por isso que essa lei que aprovamos da central de intérpretes presencial é fundamental; por isso que o governo, agora, já está colocando em prática, está sentando junto com a equipe de trabalho da qual faz parte a central da sociedade dos surdos, para construir junto. Então vai ter, em Porto Alegre, a central virtual e também a presencial que é fundamental, porque só quem convive com quem é cego e surdo-cego sabe o que eles passam na cidade no seu dia a dia. Então, um abraço, vida longa à Sociedade dos Surdos do Rio Grande do Sul, um abraço ao Ricardo e a todos os colegas.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Falo em nome da bancada do PSOL; portanto, em nome da Ver.^a Karen Santos, do Ver. Matheus Gomes e do Ver. Pedro Ruas. Quero prestar nossa solidariedade, nosso apoio, dizer que foi muito importante, Presidente Márcio, a

intervenção do Ver. Oliboni, que lembrou uma necessidade urgente. Nós votamos, na Câmara de Vereadores, por unanimidade, uma política de garantia de uma atenção mínima, necessária, para o trabalho com a sociedade dos surdos. E isso precisa ser cumprido! Nós não podemos ter legislação votada, votada por unanimidade, que não seja cumprida. Eu creio que a grande homenagem que a gente pode fazer com esta Tribuna Popular é justamente cumprir esta legislação que foi votada. Há uma luta; nós tivemos, durante a gestão Marchezan, também uma mobilização muito forte da associação dos cegos, foi muito forte a mobilização – essa Tribuna Popular é muito importante para que a gente cumpra a lei. Infelizmente não é possível, não se pode aceitar isso, não se pode ter legislação progressista e não se cumprir a lei. Então, é muito bem lembrado o que o Ver. Oliboni nos trouxe aqui em nome da bancada do PT, e nós, da bancada do PSOL, nos somamos a esse apelo para que a lei seja cumprida. A Câmara precisa dar o exemplo! Muito obrigado, presidente, saudação novamente ao Ricardo, à Luciana e a todos que nos honram com sua presença nessa sessão.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Agradecemos a presença do Sr. Ricardo Morand Goes, presidente da Sociedade dos Surdos do Rio Grande do Sul, por intermédio da intérprete de Libras, Luciana Côrte Real.

SRA. LUCIANA CÔRTE REAL: Gostaríamos de agradecer a todos pelas falas e informar que vamos nos retirar pois tenho outra demanda agora, mas o Ricardo vai permanecer assistindo pela televisão, pois existe intérprete.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Esta presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Comunicações. Após retornarmos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com a contrariedade do Ver. Claudio Janta.

Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é destinado a assinalar o transcurso do Dia da Polícia Civil e Militar, nos termos do requerimento de autoria da Mesa Diretora.

A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Cumprimento especialmente a delegada Nadine Anflor, chefe de Polícia do Estado do Rio Grande do Sul; o Sr. Santarosa, comandante-geral da Brigada Militar; nossos representantes maiores da Polícia Civil e da Polícia Militar do Estado. Na sessão de hoje, a Câmara Municipal de Porto Alegre e sua Mesa Diretora homenageiam o Dia da Polícia Civil e Militar,

transcorrido no último dia 21, dia em que se celebra a figura de Tiradentes, patrono das polícias brasileiras. Como já ocorreu em anos anteriores, sou a proponente desse período de Comunicações alusivo, lembro que o mesmo teve encaminhamento em 2020, quando a pandemia e tudo o que ela impôs nos fez fazer alguns adiamentos, pesando em quando poderíamos realizar a homenagem que logo depois foi cancelada. E neste segundo ano de restrições protocolares, realizamos dessa forma, virtual, assim mantendo a tradição, dando o devido destaque às datas e às instituições que nos são importantes e tão caras. É claro que gostaríamos que esta homenagem acontecesse no Plenário Otávio Rocha, repleto dos nossos bravos policiais, servidores públicos de tanto valor, autoridades convidadas, enfim, mas o importante é marcar esse nosso reconhecimento a todos que se doam pela nossa segurança pública. As duas polícias cumprem com sua missão diuturnamente, atendendo e protegendo a população, combatendo a criminalidade, desvendando crimes, participando de campanhas, sempre despendendo força e coragem para além de qualquer imprevisto ou adversidade. É um trabalho incansável, realizado por mulheres e homens dedicados, bem treinados e sabedores do seu papel que é de utilidade pública, como agentes fundamentais que são. Para ambas as polícias é preciso sempre gestão, administração feita com competência, juntos aos governos que têm de ter vontade política afim de prover boas condições de trabalho, com investimento na aparelhagem geral. Sou uma entusiasta da Brigada Militar e da Polícia Civil, pelas quais tenho uma ligação estreita e afetiva, devido à trajetória do meu pai, coronel Pedro Américo Leal, que construiu sua carreira militar, foi instrutor da Academia de Polícia Militar e também contribuiu para a Polícia Civil, como professor e diretor da Academia da Polícia Civil, diretor da escola de polícia, idealizador e fundador do BOE, chefe de Polícia, secretário de segurança do Estado. À frente da instituição está a primeira mulher chefe da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul. Cada vez que encontro com a delegada Nadine, relembramos justamente que foi o Pedro Américo Leal o responsável pela entrada das mulheres na Polícia Civil gaúcha, o que muito me orgulha. Nadine Anflor representa hoje muito bem todos os policiais civis que estão nas delegacias, nos diferentes departamentos, nas buscas e apreensões, aprimorando-se cada vez mais nas tecnologias e todos realizando ações de prevenção, proteção e investigação de crimes e atos ilícitos.

Já a nossa Brigada Militar executa o seu papel, o seu caráter preventivo e ostensivo a fim de antecipar-se a prática do crime, dando ao cidadão a sensação de segurança nas ruas, a partir dos batalhões e nas diligências, prendendo suspeitos em flagrante e atendendo ocorrências. São profissionais de uma valorosa corporação que não esmorecem frente às dificuldades que encontram diariamente no convívio com a violência e no enfrentamento da criminalidade. Agora, com o coronel Santarosa iniciando o seu comando, não posso deixar de citar a recente saída do Comandante Rodrigo Mor, certa de sua igual seriedade e compromisso.

Registro, então, hoje e sempre a minha gratidão e admiração a esses profissionais corajosos, que, pelo bem da sociedade, merecem trabalhar com dignidade, valorização e respeito. Para finalizar, destaco a importante inclusão dos profissionais de segurança pública no plano de vacinação contra o Covid-19, para os agentes da Brigada

Militar, Polícia Civil, Polícia Rodoviária Federal, Susepe, Bombeiros, Guarda Municipal e também os peritos do IGP, que tive a oportunidade de acompanhar mais de perto, inclusive, interceder por eles para que fossem incluídos, pois também estão na linha de frente. Muito obrigada, delegada Nadine e coronel Santarosa pelas suas presenças.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Apenas quero esclarecer aos vereadores que estão inscritos que, ao final, o coronel Santarosa, em nome da Brigada, e a nossa chefe de Polícia, delegada Nadine, farão uma manifestação depois das falas de todos os vereadores, não somente os inscritos em lideranças, mas também os inscritos no período de Comunicações.

O Ver. Leonel Radde está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Boa tarde, colegas, Presidente, vereadores e vereadoras, coronel Santarosa, chefe de Polícia Nadine Anflor, é uma honra estar aqui hoje fazendo esta fala para esta homenagem da Mesa. Falo em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, representando o Ver. Aldacir Oliboni, o Ver. Jonas Reis e a Ver.^a Reginete Bispo. É muito importante que, nesta homenagem, a gente faça uma reflexão, após dia 21 de abril, que remete a essa data comemorativa, e que a gente reflita sobre a função das nossas instituições, da qual eu faço parte, da Polícia Civil, como todos sabem, mas que a gente faça uma reflexão sobre o papel da segurança pública, das policias no nosso País, uma categoria que, muitas vezes, é desprezada. Quando se faz políticas públicas, muitas vezes, colocam em segundo plano os policiais. É bom lembrar que, na primeira leva de vacinas, os policiais não estavam incluídos, nem os policiais e nem os peritos, em nível federal, no Plano Nacional de Vacinação – isso, para mim, é muito simbólico de como é vista a nossa categoria. Então, muitas vezes, elogiada em alguns aspectos, mas, outras vezes, esquecida quando mais precisa. Então, é importante e é um gesto muito nobre desta Casa – e saúdo a Ver.^a Mônica Leal pela iniciativa – fazer esta homenagem, trazendo também a realidade para todos que estão acompanhando esta nossa sessão.

Eu tenho, na delegada Nadine, uma grande amiga, e sei que sempre agiu da forma mais democrática e da forma mais correta frente a tudo ao que ela, até hoje, enfrentou, inclusive na luta sindical, vamos chamar assim, da associação dos delegados e delegadas. Então, é uma honra estar hoje aqui nesta sessão homenageando a minha instituição e a briosa Brigada Militar, a coirmã. Essas reflexões devem ficar, então, para a nossa sociedade.

Também lembro que a Polícia, dia após dia, vem atuando de forma necessária, de forma clara a favor da democracia e contra a qualquer tipo de ato racista, de intolerância, de LGBTfobia, dia após dia, vem assumindo um papel cada vez mais preponderante e trazendo uma resposta para a sociedade. Uma resposta para todos e todas que muitas vezes não viam algo efetivo acontecendo frente a determinados

crimes. Então, ao mesmo tempo que nós vemos os dados da criminalidade reduzindo drasticamente no Estado, o que é um mérito tanto da Brigada Militar quanto da Polícia Civil, sem dúvidas. Os crimes mais violentos, os crimes mais graves, como roubo, homicídio, latrocínio, estupro, feminicídio, nós também vemos a Polícia Civil, principalmente, atuando de forma incisiva e decisiva nas situações de crimes de intolerância, os crimes que atacam aquilo que nós temos de mais básico na civilização, que é o respeito à adversidade, que é a luta contra o racismo. Então, temos que parabenizar muito as iniciativas que estão sendo colocadas em prática neste momento, no nosso Estado, e saudar as presenças dos representantes das nossas instituições. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, Presidente Márcio Bins Ely. Eu quero cumprimentar a delega Nadine Anflor, o coronel Santarosa, comandante-geral da Brigada Militar; e, em nome deles, cumprimento os servidores tanto da Brigada Militar, quanto da Polícia Civil. Foi na condição de advogado trabalhista, ao longo dos anos, que eu tive muitos contatos com os servidores e servidoras tanto da Polícia Civil, quanto da Brigada Militar e pude ser útil nos limites do meu conhecimento, da minha atuação em termos de um trabalho que, ao que tudo indica e pelas manifestações ao longo dos anos, fez bastante diferença. Mas tive no meu período de mandato na Assembleia Legislativa uma oportunidade de juntar muito, conjuntamente, com servidores da civil, da polícia judiciária, com servidores da DM. E aqui até homenagem, se a Nadine me permite, o Isaac Ortiz, a Neiva, o Cláudio, o Fabinho, pessoas que trabalharam muito comigo, pela civil, bem como diversos brigadianos que atuaram e que tiveram conosco diversos momentos tensos, inclusive, onde seus direitos precisavam ser resgatados e precisavam ser reivindicados, desde as condições de trabalho, até mesmo um material em nível de uniforme, proteção, colete à prova de balas, enfim, uma série de coisas que pudemos atuar de forma conjunta. Depois, isso é histórico, eu trago dentro do coração sempre a lição do Dr. Brizola, que, em 1961, na legalidade, quando aparentemente todas as forças militares do País se voltavam, no primeiro momento, contra o nosso Estado, foi a Brigada Militar, convocada pelo Dr. Brizola, que se colocou na linha de frente para defender os interesses do Estado e do País, honrando a Constituição Federal. Esse é um dado histórico que o Dr. Brizola sempre me passou.

Com relação à Polícia Civil, Nadine, eu não posso deixar de registrar o orgulho que tenho em saber que pude conhecê-la ainda como delegada na Delegacia das Mulheres. Depois, como a primeira mulher presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Rio Grande do Sul – Asdep, depois, poder ser amigo da primeira chefe de Polícia do nosso Estado. Na luta das mulheres, o teu nome traz uma marca histórica,

importante e fundamental, e a tua amizade, a tua maneira democrática republicana de conduzir os assuntos da Polícia é um exemplo para todos e todas e, com certeza, para além das fronteiras do nosso Estado. Então, parabéns às servidoras e aos servidores da Polícia Civil, da Brigada Militar, e contêm sempre com a gente. Um forte abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL): Boa tarde, Presidente, colegas vereadores, um cumprimento especial à delegada Nadine e ao comandante Santarosa, é um prazer estar com o comandante da Brigada e com a chefe de Polícia neste dia tão especial, em que nós estamos homenageando aqui os nossos colegas policiais. Só para lembrar, a questão constitucional, a Brigada Militar tem a responsabilidade do policiamento ostensivo para preservação da ordem pública. E a nossa polícia, que é a polícia judiciária do Estado, que é a Polícia Civil, é um orgulho da segurança pública do Rio Grande do Sul. Eu fui policial militar, fui aprovado no concurso para escrivão muitos anos atrás, não fui fazer a prova física, e sou policial penal, e a própria penal veio da Polícia Civil. Nós temos um projeto protocolado aqui para que dia 4 de dezembro seja o dia do policial penal. Mas eu quero agradecer as presenças do comandante da Brigada Militar e da nossa chefe de Polícia, a grande líder delegada Nadine, quem conheci na luta pelos direitos da segurança pública, que foi presidente da Asdep, faz um trabalho brilhante. Em 2019, 2020, fui diretor-geral da Acadepen, a nossa Academia de Polícia Penal – não é, Radde? E nós conseguimos fazer um trabalho muito bacana ali, e desafio quem não conhece o nosso trabalho que pergunte como foi a nossa gestão. O ano de 2019 foi fantástico, foi quando nós mudamos a história... (Problemas na conexão.) ...e aprovamos a polícia penal. Mas aqui quero mandar um abraço muito especial para os nossos colegas da Brigada Militar, que são muitos, aproximadamente 20 a 30 mil brigadianos, e em torno de 5 a 7 mil policiais civis, um abraço muito especial e que bom que a sociedade gaúcha pode contar com a segurança pública, em especial hoje em homenagem aos nossos colegas da Brigada Militar e da Polícia Civil. Um forte abraço, podem contar conosco.

Aqui, na Câmara de Vereadores, na semana passada, nós aprovamos, por unanimidade, uma moção de apoio à modernização do plano de carreira da Brigada Militar, e o colega vereador... (Problemas na conexão.) ...vacinação. Nós conseguimos colocar a nossa opinião, o nosso ponto de vista, através de um trabalho feito fortemente pelas várias discussões e associações de todo o Brasil, nós conseguimos, pelo menos aqui no Estado do Rio Grande do Sul, contemplar toda a segurança pública na primeira dose da vacina. Então, Polícia Civil e Brigada Militar, comandante Santarosa, delegada Nadine, podem contar conosco aqui na Câmara de Vereadores.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde, Presidente. Rapidamente, quero saudar a nossa chefe de Polícia, Nadine – é um privilégio, uma honra para todos nós estarmos aqui neste dia –, saudar a proposição desta homenagem de hoje. Quem não sabe o significado de ter pela primeira vez uma mulher chefe de Polícia desconhece os meandros, o poder que essa modificação tem, mas por competência, não apenas por ser mulher. Parabéns à Nadine, ao comandante Santarosa, os meus cumprimentos. Quero deixar claro que fico muito feliz de ver colegas vereadores do PT, como o Leonel, que tem conhecimento por ser da área, e como o Ver. Pedro Ruas, homenagearem o que está sendo feito no Estado do Rio Grande do Sul, reflexo do governo Eduardo Leite. As pessoas, às vezes, têm dificuldades no campo ideológico e partidário de citar os nomes. Não vejo nenhum problema de citar feitos de partidos de oposição de campos ideológicos diferentes do meu. Parabéns, através do trabalho do comandante Santarosa, da chefe de Polícia Nadine, ao governador Eduardo Leite.

Quero deixar claro aqui que tive a oportunidade, inclusive no governo Marchezan, de estar na inauguração de um dos espaços, junto com a Nadine. É importante ressaltar que a gente consiga continuar, agora na Prefeitura de um outro governo, o cercamento eletrônico. Não podemos deixar de citar aqui, tenho certeza de que o comandante Santarosa e a chefe Nadine podem falar da importância que tem na capital do Rio Grande do Sul esse cercamento eletrônico. É um prazer e um privilégio participar desta homenagem, e me rendo aos dois que estão abrilhantando a nossa tarde, à chefe Nadine e ao comandante Santarosa. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Meu caro Presidente Márcio, saudando a ti, saúdo a todos os vereadores e vereadoras; a nossa saudação especial ao coronel Santarosa e à delegada Nadine; trazer um abraço também especial aos vereadores e vereadoras que têm origem nas polícias Civil e Militar e também na nossa Susepe. Também sou servidor público e sei porque acompanho de perto, faz muito anos, o crédito que Porto Alegre e o Rio Grande do Sul emprestam aos nossos trabalhadores e trabalhadoras, homens e mulheres, da segurança pública do Estado, o respeito que o povo gaúcho e porto-alegrense têm a todos vocês.

Também quero saudar a Ver.^a Mônica Leal pela iniciativa desta homenagem tão merecida. Eu já disse da importância da segurança pública no contexto das democracias e na vida brasileira, que é reconhecida e valorizada. Se nós pararmos para ver e acompanhar de perto – e estamos acompanhando esses momentos de calamidade

pública trazida pela pandemia –, nós precisamos, sim, reconhecer o trabalho daquelas pessoas, homens e mulheres, muito especialmente dos servidores públicos e das servidoras públicas, que atuam nessa batalha, e a Polícia Civil, a Polícia Militar e a Susepe estão diariamente tratando e trabalhando, estão na linha de frente dessa terrível pandemia que estamos vivendo no mundo todo. Portanto, repetindo, o povo gaúcho reconhece, sabe e valoriza o trabalho de vocês. Por isso, nós – falo em meu nome e em nome do PSB – não podíamos deixar de trazer aqui a nossa homenagem fraterna e carinhosa a todos vocês. Parabéns, um abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Muito obrigada, Presidente Márcio Bins Ely; em teu nome, quero cumprimentar os colegas vereadores, o público que nos assiste pela TVCâmara e cumprimentar muito carinhosamente o coronel Santarosa, comandante-geral da Brigada Militar, que, além de meu amigo, é colega de turma, nos formamos juntos na Academia de Polícia Militar; também cumprimentar carinhosamente a delegada Nadine Anflor, minha amiga, uma guerreira que, desde de o tempo da instalação da Patrulha Maria da Penha, veio fazer ressonância, veio trabalhar junto com as delegacias especializadas de atendimento à mulher, tem sido uma parceira muito querida nessa nossa caminhada em busca da erradicação da violência contra a mulher. Ambos, coronel Santarosa e delegada Nadine Anflor, são parceiros que muito representam as nossas instituições, instituições calcadas em valores que hoje, infelizmente, muitas pessoas esquecem, valores de respeitabilidade, de comprometimento, de honradez, de ética, de altruísmo. Neste momento de pandemia, vemos muitas pessoas querendo ficar em casa, mas vemos muitos corajosos brigadianos e policiais civis à frente, no dia a dia, na luta e na batalha contra o crime, protegendo a sociedade gaúcha. Não poderíamos deixar de homenagear, e parabênizo a Mesa Diretora por ter aceito este momento de homenagem na Câmara de Vereadores, à Polícia Civil e à Brigada Militar, que, no dia 21 de abril, comemoram as suas existências. E o que seria de nós, povo gaúcho, sem essas duas instituições que muito fazem, o quanto são necessárias diuturnamente na busca de mais segurança, na erradicação da criminalidade, mesmo com a legislação que, muitas vezes, aprova o criminoso, mesmo com uma legislação arcaica que, muitas vezes, faz com que os nossos policiais permaneçam muito mais tempo fazendo as audiências no Ministério Público, no Judiciário, registrando ocorrência quando o criminoso sai antes pela porta da frente? Então, esses, sim, guerreiros, esses corajosos, esses legalistas, no nosso Rio Grande do Sul, nós devemos todos os dias parabenizar.

Lembro aqui também dos nossos policiais militares e civis que tombaram ao longo das suas carreiras, na busca de uma sociedade mais justa e mais humana, tombaram em serviço, morreram deixando as suas famílias, suas esposas, seus esposos,

deixando os seus filhos, mas morreram cumprindo o maior dever que lhes foi dedicado: salvar a vida das outras pessoas, mesmo com risco da própria vida; nossos guerreiros estão aí no dia a dia combatendo o bom combate. Fico muito orgulhosa de ser oriunda da Brigada Militar e dizer que aqui na Câmara de Vereadores jamais irão falar mal da Brigada Militar e da Polícia Civil.

Nossos companheiros de farda, nossos irmãos de jornada da Polícia Civil, tenham aqui no nosso gabinete um porto seguro. Vocês são o espelho da sociedade gaúcha, e a vocês, eu rendo, assim como todo o meu gabinete e vários vereadores que deixaram de falar hoje, a nossa maior homenagem, a minha continência para vocês. Parabéns por serem o que são. Obrigada, Presidente.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Eu gostaria de fazer uma consideração geral, esta homenagem foi decidida pela Mesa, fazer uma saudação a todos os vereadores, todas as vereadoras, e uma saudação especial à chefe de Polícia, delegada Nadine – nós nos conhecemos há algum tempo. Como muito bem lembraram o Ver. Leonel e o Ver. Pedro Ruas, a Nadine tem uma trajetória de luta, de construção no interior do nosso corpo policial muito, muito importante. E, de fato, nisso eu compartilho com o que o Moisés Barboza falou, a escolha do governador Eduardo Leite da Nadine como chefe de Polícia foi uma escolha importante, foi uma escolha correta, e a gente não tem nenhum problema em valorizar o que deve ser valorizado. De toda forma, é preciso fazer uma discussão global, não só pelo que lembravam o Leonel e o Pedro Ruas acerca das necessidades econômicas e sociais da base dessas corporações, dos policiais civis, dos policiais militares, que têm condições de trabalho difícilíssimas, que têm salários baixos e não têm sequer muitas vezes o material necessário para garantir a sua própria segurança em serviço, com coletes às vezes vencidos, com armas às vezes também que não estão com a devida atenção, enfim, a precariedade em serviço da Polícia Militar e da Polícia Civil da base dessas corporações. Ao mesmo tempo, é preciso que se diga que nós estamos agora, no Brasil, numa situação muito especial porque nós temos um governo federal... Inclusive, veja só, Presidente Márcio, aqui tem uma discussão geral que envolve um posicionamento sobre o Estado por um lado, porque, quando nós fazemos a crítica à Polícia Militar sobretudo, nós fazemos a crítica à Polícia Militar quando a Polícia Militar é utilizada, porque a Polícia Militar é uma instituição do Estado; o Estado, no Brasil, tem uma determinada natureza de classe, como regra é um Estado dominado por uma elite privilegiada que, muitas vezes, usa a instituição armada para defender seus interesses. O momento em que há o maior conflito entre a sociedade e o aparato estatal armado é justamente quando esse aparato estatal é utilizado para reprimir manifestações populares ou quando ele é utilizado com critério de classe, de discriminação, reproduzindo, portanto, a lógica e os interesses da

classe dominante que é a classe que controla o Estado. Essa é uma definição geral que nós temos do Estado e nós somos um partido político que luta para mudar o caráter do Estado, porque nós queremos um estado controlado pela maioria e não um Estado de elite que busca manter e reproduzir interesses e privilégios e utiliza a força armada em algum momento para garantir que esses interesses e privilégios serão defendidos. Mas nós temos, ao mesmo tempo, no Brasil, uma Constituição que foi produto de uma luta e de uma determinada relação de forças, materializada em 1988, e essa Constituição – vejam só a situação que nós temos – é constantemente desobedecida, desacatada, desrespeitada pelo próprio Presidente da República que, no País, tenta utilizar forças militares para defender os seus interesses contra a própria Constituição. O Presidente Bolsonaro, não é à toa que, muitas vezes atacou o Supremo Tribunal Federal, atacou o Congresso Nacional. Não atacou para democratizar essas instituições, atacou para liquidar as instituições que são definidas pela nossa Constituição de 1988.

Então, termino dizendo o seguinte: foi muito bem lembrada a luta que o governador Leonel Brizola deu em 1961 porque foi um momento em que a Brigada Militar se levantou contra um golpe, contra uma tentativa de rasgar a nossa Constituição. Infelizmente, hoje, nós temos um Presidente que tenta constantemente fazer isso. Felizmente, não há relação de forças para que ele possa impor o seu projeto, mas nós estamos alertas, estamos atentos e mobilizados para impedir qualquer tentativa nesse sentido. Portanto, Presidente Márcio, muito obrigado pelo espaço, a todos que estão assistindo a TVCâmara, contem conosco.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. José Freitas está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP): Boa tarde a todos, cumprimento a delegada Nadine, chefe de Polícia do Rio Grande do Sul, como também o comandante-geral da Brigada, o coronel Santarosa, parabenizando então pelo dia das polícias, tanto a Civil quanto a Militar. Quero parabenizar esses servidores, principalmente, em geral, esses homens e mulheres que são guerreiros, que saem diariamente sem saber se, na verdade, retornarão para a casa, se doando pela segurança de todos os gaúchos. Quero só deixar um abraço meu e do Ver. Alvoni, da Bancada do Republicanos, e peço a Deus que abençoe grandemente e guarde todas as forças policiais que se doam diariamente, repito, pela segurança de todos os gaúchos. Vida longa à Polícia Civil e à Brigada Militar. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Obrigado, Presidente, vou ser bastante breve e me somar às manifestações dos meus colegas neste dia especial para celebrar a importância das nossas forças policiais e cumprimentar a delegada Nadine e também a Brigada Militar. Faço questão de fazer o registro pela representação das nossas forças policiais. Faço questão de valorizar as nossas forças policiais que sempre tratam da coisa pública e também do interesse coletivo com muita seriedade, muito profissionalismo. Sempre que foi necessário, a Bancada do NOVO teve um acesso de prontidão, responsivo por parte das nossas forças policiais, tanto da Brigada Militar quanto da Polícia Civil. Estamos aqui querendo saudar esse trabalho e parabenizar todos os servidores das nossas polícias e obviamente damos todo o nosso apoio a vocês que estão fazendo esse trabalho para que consigamos ter, cada vez mais, a segurança pública como prioridade não só no discurso, mas também efetivamente seja através da melhoria da tecnologia nos equipamentos empregados. Nós tivemos uma participação junto ao... (Problemas na conexão.) ...auxiliando a viabilização de recursos doadores e outras iniciativas... (Problemas na conexão.) ...emendas parlamentares, também, e é muito salutar para mim e um grande prazer falar em nome da liderança do NOVO aqui, junto com a Mari Pimentel, parabenizando pelo dia e desejando sucesso da Polícia Civil e também da nossa Brigada Militar, deixando sempre à disposição a nossa bancada e a nossa energia.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A delegada Nadine Tagliari Farias Anflor está com a palavra.

SRA. NADINE TAGLIARI FARIAS ANFLOR: Boa tarde a todos e a todas; Presidente da Câmara, Márcio Bins Ely, muito obrigada por este espaço; uma saudação muito especial ao Presidente e também à Ver.^a Mônica Leal, em nome de quem peço licença para saudar todos os demais vereadores e vereadoras nesta tarde. Desde já agradeço em nome de toda a Polícia Civil esta homenagem. Vereadores que tenho aqui muitos como amigos, muitos como colegas, inclusive das forças de segurança, então, me sinto aqui em casa, podendo falar em nome de mais de 5.150 polícias civis que são esses homens e essas mulheres que fazem a diferença e que na tarde de hoje merecem essa homenagem. Não somente aqueles que compõem aqui a nossa força de segurança da polícia em Porto Alegre, mas em todo o Estado do Rio Grande do Sul. Eu digo que eu tenho o maior orgulho de estar aqui sentada neste espaço, um espaço que é passageiro, como a primeira mulher chefe de Polícia, mas que tem um significado especial e tenho o maior orgulho de dizer que posso representar todos os agentes e delegados de polícia. Se hoje nós somos uma Polícia Civil, uma polícia judiciária reconhecida pelo trabalho que faz, nada mais somos do que efetivamente aquele suor de cada policial, de cada homem e de cada mulher que todos os dias como os senhores e as senhoras bem mencionaram se doam. Escolheram essa missão de servir e proteger a sociedade gaúcha, especialmente aqui a nossa capital. Eu

me permito aqui, como a Ver.^a Mônica citou e provocou essa questão de ser a primeira mulher, realmente, Ver.^a Mônica, eu agradeço aqui em teu nome ao teu pai, o Ver. Pedro Américo Leal, porque muitos delegados da antiga me contam que ele deu como missão para muitos delegados irem até São Paulo para verificar se funcionava a presença das mulheres dentro das instituições policiais. Então, hoje estou aqui representando todas outras que com muita garra souberam ingressar na instituição, mas que principalmente se mantiveram ao longo de todos esses anos. Hoje nós somos uma Polícia feita de homens e mulheres, nós somos 38% de mulheres dentro da corporação, 38% de agentes, e, coincidentemente, 38% também de delegadas. Isso nos enche de orgulho porque não há mais diferença. Nós estamos em todos os postos, somos respeitadas também pelos nossos colegas, e isso é o que faz uma Polícia Civil grande, uma Polícia Civil diferente, uma Polícia Civil que respeita a diversidade, uma Polícia que quer sempre estar ao lado da comunidade, ao lado da população se reinventando, talvez, no pior momento da humanidade, um momento em que também tivemos que nos reinventar com as nossas operações policiais, com as nossas missões para que a Polícia não parasse e realmente não parou em nenhum momento. Eu tenho então o maior orgulho e, em nome de todos os servidores, quero agradecer esta homenagem de toda a Câmara de Vereadores – foi a Ver.^a Mônica que propôs, mas agradeço a toda a Câmara de Vereadores por este espaço e por este dia.

É uma polícia que está se preocupando muito em melhorar a cada dia mais nas suas investigações. Eu sempre digo que as nossas investigações estão sendo cada vez mais qualificadas. A nossa missão é justamente a elucidação dos crimes, e aqui vou trazer um único indicador até o mês de março deste ano: nós temos 78% de investigação nos crimes de homicídio; mais do que isso, mais de 90% nos crimes de latrocínio. Essas investigações são números de polícia do Primeiro Mundo. Se não temos toda a estrutura que nós merecemos, porque nem sempre é possível alcançar também os nossos servidores, nós temos algo que é primordial, que é o comprometimento de cada homem e de cada mulher. Então isso me enche de orgulho de poder dizer que em Porto Alegre nós tivemos avanços estruturais, e aqui, por exemplo, em meio à pandemia, em toda a Polícia, nós ampliamos toda a nossa Delegacia Online permitindo o acesso à toda população, nós criamos um WhatsApp de denúncias, nós criamos aplicativos em meio a essa pandemia como alertas também aos golpes. No meio de uma pandemia, a Polícia se reestruturou para migrar totalmente os inquéritos eletrônicos. Então, vejam que, às vezes, as dificuldades também fazem com que as instituições tenham que se reinventar e efetivamente avancem, e hoje nós trabalhamos completamente eletronicamente com o nosso Poder Judiciário. Estruturas modernizadas também trazem... (Problemas na conexão.) ...dentro da nossa gestão, que é a qualificação do atendimento ao cidadão e a valorização dos policiais. Os policiais precisam ser reconhecidos, valorizados e ter espaços apropriados para bem desempenharem as suas missões.

Em Porto Alegre, cito alguns avanços das delegacias, por exemplo, a nossa Delegacia de Combate à Intolerância, a nossa de delegacia foi transformada, em 2019, que combate os crimes de roubo dos transportes coletivos, uma centralização dentro do nosso DEIC, das investigações de roubos de veículos. O vereador falou muito bem na

questão do cercamento eletrônico, e hoje não se faz mais segurança pública com as forças do Estado, nós dependemos das prefeituras municipais, das câmaras de vereadores, nós dependemos dos senhores e das senhoras nesses apoios que nós recebemos.

E aqui eu trago um dado: nós tínhamos dias em que nós contabilizávamos 25, 30 roubos de veículos na capital, e hoje nós passamos a ter consecutivamente dois dias ou três dias sem nenhum roubo de veículos no Município de Porto Alegre. Isso efetivamente é o resultado desse trabalho que tem sido feito, dessa centralização também de investigações dentro de uma delegacia do DEIC.

E aí posso citar a nossa Delegacia da Mulher, que funciona hoje por 24 horas e que atende a todas as mulheres e todos os flagrantes. Enfim, teria inúmeras citações aqui para fazer, mas eu vim hoje especialmente para dizer muito obrigada, em nome de toda a Polícia Civil, pelo reconhecimento de todos os vereadores e vereadoras de Porto Alegre. Obrigada, Presidente.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, delegada Nadine Anflor. O coronel Vanius Cesar Santarosa, comandante-geral da Brigada Militar, está com a palavra.

SR. VANIUS CESAR SANTAROSA: Boa tarde a todos, uma saudação ao Ver. Márcio Bins Ely, Presidente da Câmara de Vereadores; uma saudação muito especial à proponente desta homenagem, a Ver.^a Mônica Leal; uma saudação também à representante da Brigada Militar, a Ver.^a Comandante Nádia, em nome dos quais saúdo todos os vereadores e vereadoras aqui presentes. Saúdo também a delegada Nadine Anflor, chefe da Polícia Civil, e estendo os cumprimentos também.

Saúdo a delegada Nadine Anflor, chefe da Polícia Civil; estendo os cumprimentos também a todos os policiais civis, que labutam conosco no dia a dia da segurança pública. Agradeço muito a homenagem que está sendo proposta por parte da Câmara de Vereadores pelo transcorrer do dia 21 de abril. Agradeço em nome dos mais de 18 mil brigadianos e brigadianas que atuam diariamente e diretamente nos esforços de manter a segurança pública, que se somam aos esforços de todos que os antecederam nesses 183 anos de história, nessa estrutura quase bicentenária, essa homenagem para a Brigada Militar, que possui a missão principal de proteger a sociedade, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento do Estado. Essa é a nossa missão no dia a dia. Somos a força da comunidade que está ao lado do cidadão e que a todo momento, de forma coletiva, procura prestar o melhor serviço e atendimento às pessoas. Ainda possuímos a missão de garantir a segurança de toda a comunidade do Rio Grande do Sul, junto com a Polícia Civil e demais órgãos envolvidos, que é um grande desafio proposto à Brigada Militar, e ela não foge, se mantém firme a esse propósito no seu agir.

Nos últimos anos, estamos conseguindo uma redução histórica na maioria dos indicadores criminais, é o conjunto de esforços capitaneados pelo nosso governo, em especial pelo nosso vice-governador e secretário de segurança, delegado Ranolfo Vieira Júnior, por meio do programa RS Seguro. Essas conquistas são realizadas com esforços de várias mãos, sendo que a Brigada Militar está muito presente nas mais variadas missões: na terra, no ar e na água. Realizamos inúmeras operações, dentre elas, eu cito a Operação Angico, que praticamente extinguiu os crimes da modalidade de novo cangaço no Estado, somente para ilustrar. Além do atendimento cotidiano, com o policiamento ostensivo para prevenir o acontecimento das ocorrências, restaurando assim a ordem e a tranquilidade públicas. O trabalho dedicado e abnegado de cada brigadiano e brigadiana, no vulto da nossa história, do nosso patrono, do alferes Joaquim José da Silva Xavier, Tiradentes, que reforça a gratidão perante a sociedade na confiança e respeito com a Brigada Militar e seus integrantes. Assim sendo, agradeço aqui as palavras proferidas por vários integrantes da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, homenagem proposta pela Ver.^a Mônica Leal, e reforço o compromisso da Brigada Militar com a qualidade da prestação dos seus serviços, com a dedicação dos seus homens e mulheres, pois como entoamos na nossa canção: o trabalho perfeito é servir. Deixo aqui o meu muito obrigado, o meu agradecimento em nome dos quase 20 mil policiais militares, homens e mulheres, que durante essa situação em que o mundo vive, que é a pandemia, o nosso policial não parou. Não tem como fazer segurança pública em *home office* ou teletrabalho. Faça sol, faça chuva, faça calor, faça frio, o nosso soldado, a nossa soldada estará ali na esquina da rua A com a rua B, garantindo a segurança.

Foi uma conquista muito importante por parte das forças de segurança a vacinação. Isso deu um estímulo, deu mais confiança ao nosso policial para fazer o seu trabalho. Então, eu deixo aqui, de coração, representando todos os policiais militares, o meu muito obrigado à Câmara de Vereadores, em especial, à Ver.^a Mônica Leal. Minha continência a todos os senhores. Fico à disposição para o que eu puder ajudar.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, comandante Santarosa, e à nossa delegada Nadine. Também, em nome da Mesa e de todos os vereadores que se manifestaram, mas também os que não se manifestaram, a nossa homenagem, a nossa gratidão à Polícia Civil, à Polícia Militar, à Polícia Federal, a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, têm feito a diferença em prol da segurança pública no Estado do Rio Grande do Sul e na capital dos gaúchos, Porto Alegre, em especial. Agradecemos sobremaneira àqueles que arriscaram a sua vida para salvar cidadãos e cidadãs. Parece-nos muito oportuno e importante agradecermos à Ver.^a Mônica Leal pela sugestão à Mesa, e rogamos aqui vida longa às nossas corporações, cumprimentando, em especial, o trabalho dos empenhados trabalhadores.

Está encerrado o Período de Comunicações em homenagem ao transcurso do dia da Polícia Civil e da Brigada Militar. Convidamos o Cel. Santarosa e à delegada

Nadine para permanecerem conosco. Vamos dar sequência aos trabalhos da nossa sessão. Sintam-se à vontade no que diz respeito a permanecerem conosco, ou também nas nossas redes da TVCâmara, Instagram, caso queiram acompanhar a sessão. Muito obrigado.

A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Boa tarde, Presidente, colegas vereadores e vereadoras. Na verdade, eu não quis me manifestar na homenagem, apesar de saber da importância que tem a nossa polícia. A delegada Nadine tem todo o meu respeito, mas eu queria falar no período de Comunicações sobre um tema que nós todos estamos falando há muito tempo, muito importante, que é a questão da educação infantil.

Nós estamos vivendo um caos na educação, principalmente na educação infantil, com esse abre e fecha, com as judicializações, e o governo do Estado poderia já ter trocado a bandeira, hoje nós já estamos com 85% de ocupação dos leitos de UTI no Rio Grande do Sul; 90% em Porto Alegre. É 95% o limite para se manter na bandeira preta, ou seja, nós já poderíamos estar em bandeira vermelha, quase em bandeira laranja. Com a cogestão que tinha sido proposta e aprovada antes da última judicialização desse recurso, nós poderíamos estar abertos, sim.

Hoje pela manhã os pais levaram os seus filhos para a escola porque ontem, no final da tarde, foi cancelado de forma judicial, foi suspenso o retorno das aulas novamente. Nós todos sabemos disso, o decreto que aprovava a cogestão no Município e incluía a educação e foi suspenso. Hoje tem uma nova decisão do recurso que foi feito pelo governo do Estado, ao final da tarde, na 4ª Vara Cível do Tribunal de Justiça, onde, sinceramente, nós desejamos que seja liberado, porque os pais e as crianças estavam muito seguros de que poderiam retornar.

Algumas crianças não precisam retornar, porque esse retorno é livre; aqueles pais que podem manter os seus filhos em casa, que têm quem cuide deles, eu acho que nada mais justo que o façam. Mas têm muitos pais - e nós sabemos disso - que não têm onde deixar os seus filhos. E o que me preocupa nesse montante todo, é que triplicou o abuso sexual e o assédio às crianças menores. Por que isso aconteceu? Porque essas crianças estão ficando em locais inadequados, sem protocolos, e as falas que escuto é de que essas crianças têm de ficar em casa para estarem seguras. Será? Será que em casa elas estão seguras? Porque elas não ficam em casa, elas vão para locais inadequados e informais que não pagam impostos, onde têm muitas crianças juntas sem máscaras, porque os pais vão trabalhar. E nós não vamos falar aqui em condição financeira das famílias porque aquelas pessoas em vulnerabilidade social, que moram nas comunidades mais carentes, também trabalham, também precisam ter onde deixar os seus filhos e não estão tendo onde deixar essas crianças. As crianças estão brincando soltas nas ruas, sem máscaras. Então a sala de aula as infecta? A sala de aula transmite para os professores, os mesmos professores da educação infantil que frequentam supermercados, que vão em consultas médicas, que pegam ônibus? E aquelas crianças que estão em casa e são cuidadas por babás, as babás não pegam

ônibus? As babás não podem trazer infecção para dentro de casa? Podem. Então, eu lamento muito a decisão do Judiciário quando ele tira o direito de os pais poderem trabalhar e poderem deixar os seus filhos de forma segura em locais adequados, que têm todos os protocolos, que têm todas as condições.

Ontem, conversando com a secretária Janaína, que está fazendo um excelente trabalho, ela disse que somente sete escolas da rede conveniada, das creches comunitárias, não poderiam estar abertas hoje porque têm problemas de estrutura. Nós temos 207 creches comunitárias e 289 escolas infantis em Porto Alegre. Então podem, sim, podem estar abertas e vão acolher com responsabilidade, com cuidado, as nossas crianças que hoje estão ficando ao léu e com qualquer um. Então, é lamentável, sinceramente, que nós tenhamos de esperar a vacinação.

Quando falam em vacinação, eu também concordo, eu acho que os professores têm de ser vacinados, assim como tem que ser vacinado quem trabalha nos supermercados, os empacotadores que atendem mais de mil pessoas por dia; assim como têm de ser vacinados os motoristas e cobradores de ônibus que, a cada viagem, carrega 30, 40 pessoas dentro de um ônibus lotado.

Então, nós temos prioridades, sim; os professores são prioridades, sim, mas a educação infantil, 1ª e 2ª séries precisam voltar imediatamente. O lugar das nossas crianças é na escola. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Claudio Janta está com a palavra em Grande Expediente. (Pausa.) O vereador não está conseguindo se conectar.

O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra em Grande Expediente. (Pausa.) O vereador não está conseguindo se conectar.

Vereador Felipe Camozzato (NOVO) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a transferência do período de Grande Expediente para a próxima sessão.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Vereador, nós tínhamos feito um acordo de que não postergaríamos o período de Grande Expediente para que o pessoal poder dar o rodízio.

O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra em Grande Expediente.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Então, eu não vou utilizar o meu tempo de Grande Expediente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Perfeito. A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra em Grande Expediente. (Pausa.) Abre mão do seu tempo. Em não havendo mais inscrições, solicito a nossa Diretoria Legislativa que proceda à chamada nominal para ingressarmos na Ordem do Dia.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Trinta e cinco vereadores responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 16h: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0001/20 – VETO TOTAL ao PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 001/20, de autoria do Ver. Valter Nagelstein, que obriga os edifícios de uso público e coletivo do Município de Porto Alegre que possuam ambientes com ar interior climatizado artificialmente a disporem de Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC) de seus sistemas de climatização. **(SEI 014.00027/2020-41)**

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Felipe Camozzato: pela manutenção do Veto Total.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA – art. 77, § 4º, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA.

Na apreciação do Veto, vota-se o Projeto:

SIM – aprova o Projeto, rejeita o Veto;

NÃO – rejeita o Projeto, aceita o Veto.

- trigésimo dia: 20-04-21 (terça-feira).

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em discussão o PLL nº 001/20, com Veto Total. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal o PLL nº 001/20, com Veto Total. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, **REJEITADO** o projeto por 10 votos **SIM** e 26 votos **NÃO**. Mantido o Veto Total.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro rejeitado o PLL nº 001/20. Mantido o Veto.

Passemos ao próximo item.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Discussão geral e votação do PLE nº 003/21.

Vereador Pedro Ruas (PSOL) (Questão de Ordem): Sr. Presidente, eu fiz um recurso, que já foi relatado, e eu tenho a impressão - e faço uma consulta à Mesa - de que ele deve ser votado no plenário, o recurso que fiz à Comissão de Justiça - essa é a primeira questão, dentro da Questão de Ordem.

A segunda é que eu ouvi o anúncio da Emenda nº 3, de autoria do Ver. Airto Ferronato, e eu gostaria de saber se ele pediu dispensa do envio às comissões. Então, na Questão de Ordem faço duas perguntas à Mesa e à Diretoria Legislativa, por favor.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Na verdade, Ver. Pedro Ruas, como o projeto está em regime de urgência, não há necessidade de essas emendas, a partir do momento em que tranca a Pauta, retornarem às comissões. A emenda entra direto, não há necessidade...

Vereador Pedro Ruas (PSOL): E com relação à outra questão, ao recurso?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Na verdade, em relação ao recurso, Ver. Pedro Ruas, como não foi deferido o efeito suspensivo, nada impede que o recurso seja votado depois do projeto. Na eventualidade de o recurso ser provido, obviamente se tornam nulos todos os atos posteriores ao recurso. Mas não há prejudicialidade.

Vereador Airto Ferronato (PSB) (Requerimento): Solicito votação em destaque para a Emenda nº 03 ao PLE nº 003/21.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Perfeito. Sr. Presidente, o Ver. Ferronato apresenta requerimento que solicita destaque para a emenda. Não há necessidade de ser votado em plenário, basta o deferimento de V. Exa. para que a Emenda nº 03, de autoria do Ver. Ferronato, seja votada em destaque.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Presidente, nobre diretor Luiz Afonso, gostaria de saber quantas emendas são, e no momento em que forem discutidas, se possível, dar uma lida nas emendas para que possamos conhecer o conteúdo.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Tranquilamente. Temos a mensagem retificativa do governo, temos depois duas emendas do Ver. Cecchim e uma emenda do Ver. Ferronato, mas todas poderão ser lidas quando de sua apreciação.

Vereador Leonel Radde (PT): Existe a possibilidade de pedido de vistas para a emenda do Ver. Ferronato?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Não, não há possibilidade. Está na Ordem do Dia.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0115/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 003/21, que altera o *caput* e o § 1º e revoga o § 2º do art. 16 da Lei nº 4.267, de 7 de janeiro de 1977. **(Revoga a obrigatoriedade de contratação entre a Administração Pública e a Procempa.) (SEI 118.00043/2021-00)**

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Felipe Camozzato: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto, da Mensagem Retificativa nº 01 e das Emendas nºs 01 e 02.

Parecer Conjunto:

- da **CEFOR e CUTHAB**. Relator-Geral Ver. Moisés Barboza: pela aprovação do Projeto, da Mensagem Retificativa nº 01 e das Emendas nºs 01 e 02.

Observações:

- com Mensagem Retificativa nº 01;
- com Emendas nºs 01 e 02, do Ver. Idenir Cecchim (líder do Governo);
- discutiram a matéria os Vereadores Aldacir Oliboni, Pedro Ruas, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Bruna Rodrigues, Reginete Bispo, Fernanda Barth, Alexandre Bobadra, Comandante Nádia, Idenir Cecchim e Moisés Barboza em 24-03-21;
- incluído na Ordem do Dia em 26-04-21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em discussão o PLE nº 003/21. (Pausa.) A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde a todos e todas. Boa tarde a quem está nos assistindo em casa. Me inscrevo para me posicionar contrariamente a este projeto. É importante somar voz a todos os que estão dizendo que hoje não é o momento de estarmos fazendo discussões deste porte, que trata da terceirização, trata da privatização, trata de concessões, enfim, de tudo aquilo que versa sobre o nosso patrimônio público justamente por estarmos vivenciando um momento de muita dificuldade do povo brasileiro, e em especial do povo porto-alegrense, que é a

situação da pandemia da Covid-19. A gente entende que as pessoas estão com outras prioridades e outras necessidades, e inclusive o governo deveria estar priorizando o que trata sobre alimentação, o que trata sobre a qualificação do nosso transporte público, da nossa rede de saúde, da compra de vacinas, da vacinação. Enfim, somo coro a todas essas vozes que colocam que as prioridades do governo Melo, neste momento, não são as mesmas prioridades do povo porto-alegrense.

Segundo, retomar o debate feito na audiência pública, onde nenhum argumento trazido por parte daqueles que são favoráveis a este projeto contrapôs elementos e argumentos trazidos pela categoria, por técnicos, por trabalhadores da Procempa. Foi uma audiência pública que deveria estar sendo considerada na hora da votação, porque senão a gente está brincando de fazer audiência pública, audiência pública agora virou somente mais um instrumento jurídico para legitimar os processos que são dessa natureza antidemocrática. A gente realiza uma audiência pública e a maioria dos argumentos que foram levantados, tanto pela população quanto pelos vereadores, pelos trabalhadores técnicos da Procempa, foi contrária à aprovação deste projeto, então, no mínimo os vereadores desta Casa deveriam refletir esse ponto de vista, porque foi feita uma audiência pública justamente para organizar essa consulta à população, uma consulta a todos aqueles que vão ser impactados por tal projeto. Projeto esse que se iniciou com uma mentira. A mentira que foi espalhada em relação ao monopólio da Procempa é algo que diz muito também sobre este governo, a forma de tratar essas polêmicas precisa ser encarada com transparência e não com mentiras. Não existe o monopólio da Procempa, e tanto não existe o monopólio que no período recente se permitiu a Michel Costa, que foi um cargo comissionado do governo Marchezan se utilizar do seu cargo de conselheiro da Procempa para sentar para fazer tratamentos escusos em relação às empresas privadas de tecnologia que querem controlar o setor que hoje está sob controle do Estado, sob controle público. E é um controle interessante porque nos garante maior transparência, nos garante maior eficiência, nos garante maior eficácia, e se hoje nós temos problemas na conexão, se hoje nós temos problema em relação à expandir a rede de internet pública do nosso Município, diz muito também sobre esses gestores, gestores da iniciativa privada, cargos comissionados indicados por governos que têm interesse na privatização, no desmonte, na terceirização, que infiltram essas pessoas nas empresas públicas justamente para promover esse desmonte. E na nossa história das instituições públicas de Porto Alegre e do nosso Estado do Rio Grande do Sul, temos vários exemplos de gestores, cargos comissionados, que entraram com o papel nítido de desmontar as empresas para favorecer a iniciativa privada depois. Esse discurso de que tem que ser privatizada porque o privado funciona mais pega quando temos instituições públicas que são insuficientes, e são insuficientes porque não têm concurso, aí não tem servidor; são insuficientes porque aí não tem recursos para qualificar a rede, para qualificar o equipamento público. É disso que estamos falando, de uma lógica, e é importante para a população que está em casa estar ciente das decisões, porque não é uma responsabilidade dos trabalhadores da Procempa esse desmonte, eles são submetidos à uma direção, e a direção privatista, e a direção do desmonte, e a direção da insuficiência é uma direção em que cargos comissionados são

colocados lá dentro justamente para haver esse desmonte. Me solidarizo com os trabalhadores da Procempa que já estão se colocando em luta contra esse processo de desmonte; ainda não é uma privatização, mas é um ataque nevrálgico hoje contra a soberania dessa empresa pública de dados que trata muito sobre a nossa vida, trata muito sobre a importância dos equipamentos públicos funcionando e com segurança. Dados é isso, é todo o sistema nervoso da capital gaúcha podendo ser acessado por empresas privadas. Então é isso que eu quero colocar, todos os posicionamentos contrários trazidos pela categoria de servidores, trazido pela audiência pública, e é vergonhoso os vereadores que dão sustentação à base do governo Melo desconsiderarem todo esse processo que construímos juntos, junto aos servidores e junto à população de Porto Alegre. Quero repudiar também essa forma que vem tomando o governo, de muito debate, muita reunião, mas efetivamente mantém esta postura que reflete também muito a postura do governo Marchezan, uma postura autoritária de não ceder àquilo que é a voz de quem vai ser afetado pelo projeto, à voz de quem dá vida a essa cidade, que são os trabalhadores. Então eu repudio também a forma como está sendo encaminhado esse debate.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLE nº 003/21.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Obrigado, Presidente Márcio. Boa tarde a todos os presentes nesta sessão e também à cidadania que nos assiste... (Problemas na conexão.) ...venho a esta tribuna para expressar meu... (Problemas na conexão.) ...patrimônio, daquilo que as gerações construíram na cidade. Uma empresa com 40 anos de história sendo descartada por desejos ocultos, desejos escondidos daqueles que não revelam a verdadeira face do seu interesse de poder, a sua sede, a sua sanha por estar à frente das estruturas públicas e não fazer pelo povo, ou fazer menos, ou fazer ruim, fazer mal feito. Nós sabemos que a Procempa nunca deteve o monopólio. E agora, engraçado que durante esses últimos três meses a cantilena que soava pelos corredores é de que queriam quebrar o monopólio da Procempa. Acontece que isso nunca existiu! Não existe! O que há de fato é o interesse pela quantidade expressiva de dados que a Procempa detém, o interesse pelos mais de mil quilômetros de fibra ótica da cidade, o interesse pelos programas e conhecimento que esta empresa detém, e é claro, a disputa ferrenha do capitalismo por abocanhar recursos públicos. Por isso que a privatização entra, ela entra gerando a precarização das relações de trabalho, ela entra gerando uma desqualificação do serviço porque há descontinuidade, basta ver o que aconteceu com as terceirizadas da educação nos serviços de alimentação e higienização, onde nós estávamos sem servidores no final do ano passado. É isso que querem fazer em Porto Alegre, o apagão da tecnologia, o apagão da informação. Esse é o caminho. Hoje este vereador alerta para toda a cidade de Porto Alegre: este projeto significa um retrocesso tamanho que nós nem deveríamos estar discutindo neste momento, um momento grave,

um momento de crise sanitária, um momento em que todos os esforços dos gestores... Muito me admira o senhor Sebastião, que já passou por esta Casa, não se sensibilizar para as pautas verdadeiras do momento, que são vacinar, vacinar e vacinar. E não vender e vender, que é o que o governo fala. Vender a Carris, vender a Procempa, vender o DMAE, como falou no sábado, na ETE São João, quando disse: “Eu estou pensando numa concessão plena do DMAE”. Mas o que é isso, Prefeito Sebastião? Esse não foi o seu programa na eleição, se o senhor tivesse falado isso que o senhor está falando hoje, o senhor não teria nem metade dos votos que o senhor teve. Faltou-lhe coragem naquele momento de dizer que queria entregar o patrimônio da cidade. Por isso, isso este vereador do PT, partido que defende o interesse público, o interesse da cidadania é votar contra esse projeto. E lembrar a população que não calarão as vozes daqueles que defendem políticas públicas reais para a cidadania. O que será de nós com esse projeto aprovado, o que será de nós na tecnologia da informação nos diversos setores? O que seria de nós se não existisse a Procempa e seus servidores que, ano passado nos salvaram com programas na questão de gerenciamento de leitos para a Covid-19? Eu fico frustrado, frustrado. Porque muitos governos de direita, inclusive, do passado, empenhavam a palavra e cumpriam, e esse diz que vai dialogar, diz que vai conversar, mas o fato é que ignorou a audiência pública, ignorou os trabalhadores, ignorou o Sindppd, ignorou a cidade de Porto Alegre, virou de costas. Eu lamento, lamento profundamente, pois assim não se faz democracia, assim não se faz um governo para todos e para todas. O diálogo é sentar, ouvir e conversar. E o que nós estamos vendo hoje é um projeto à toque de caixa e o povo na rua passando fome, o povo na rua esperando o auxílio emergencial, esperando as vacinas. Este vereador votou com o governo, autorizando junto aos demais a compra própria de vacinas, e o prefeito até agora nem um contrato de intenções fez. E estamos aqui votando a Procempa! Esse é o interesse do prefeito Sebastião e demais membros de governo. Lamento, e vou votar contra esse projeto na convicção e na defesa de uma Procempa do povo, uma Procempa soberana e do povo soberano de Porto Alegre. Obrigado, Presidente Márcio.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Matheus Gomes está com a palavra discutir o PLE nº 003/21.

VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL): Muito obrigado, Presidente Márcio, quero cumprimentar a todos e todas presentes na Sessão, vereadores e vereadoras, aqueles que nos assistem. Nós estamos debatendo um projeto, e como a Karen já mencionou, a opinião do PSOL é contrária ao PLE apresentado pelo prefeito Sebastião Melo, não apenas porque esse projeto não está de acordo com as prioridades da população porto-alegrense neste momento. Esse é o primeiro e mais óbvio motivo. Quando o prefeito Sebastião Melo apresenta um projeto como esse, com urgência, na Câmara de Vereadores, nem uma pandemia impede que o Legislativo se debruce sobre aquilo que é o mais central, aquilo que a população nos cobra nas ruas: como resolver

os problemas sanitários causados pela pandemia, os problemas econômicos e sociais. Esses são, certamente, a nossa prioridade e, infelizmente, com esse tipo de urgência a Prefeitura faz com que nós, a Câmara de Vereadores, tenhamos um papel secundário nesse processo, e isso está completamente equivocados. Mas a questão vai além disso, porque esse projeto não tem lógica no desenvolvimento de uma Porto Alegre que se pretende ser autônoma no ponto de vista da tecnologia da informação e das comunicações, e, por consequência, quer uma cidade mais democrática, uma cidade mais acessível, porque é isso que a Procempa fez ao longo dos seus mais de 40 anos de existência. E o que de fato a gente está debatendo, é a grande questão: eu não vi nenhum vereador da base governista, nenhum integrante da equipe do Executivo desvendar esse fato. Porque se apresentou inicialmente um projeto que visava quebrar o monopólio da Procempa, mas nas diferentes discussões que a gente teve foi dito pelo Executivo Municipal que não era disso que se tratava, e é óbvio, porque não há nenhum impedimento hoje para a contratação de terceiros nos serviços de tecnologia da informação em Porto Alegre, e isso é assim há muito tempo. Mas esses serviços são organizados em consonância com a expertise acumulada pela Procempa, que é importante que a população de Porto Alegre saiba, atravessa todas as áreas da administração pública da nossa cidade, está diretamente vinculada com direitos essenciais como saúde, educação. Estão aí os servidores da Procempa trabalhando para que a gente construa soluções tecnológicas para a educação municipal agora em meio à pandemia; foi muito falado agora sobre segurança pública na homenagem que nós fizemos no início desta Sessão, e quando nós pensamos em cercamento eletrônico, nós estamos falando da Procempa; da arrecadação municipal; tudo isso depende dessa empresa. Então não há lógica nesse projeto da Prefeitura que visa tirar dela uma das suas atribuições fundamentais, essenciais, que dão vida a essa empresa, que é supervisionar esse conjunto de serviços, a contratação de terceiros também pela Prefeitura. Não tem lógica nisso. Se a Prefeitura, bom, não quer quebrar o monopólio da Procempa, mas acha que ela é pesada para a estrutura administrativa municipal, isso não foi demonstrado também ao longo dos debates. A Procempa custa um pouco mais de 1% do orçamento municipal. Em momento algum foi aberta alguma planilha com dados, com números, em momento algum foi feito isso. Bem pelo contrário, a apresentação do Executivo, na audiência pública, olha, ela foi infinitamente inferior aos dados que os servidores do quadro técnico da Procempa mostraram para comprovar a potência dessa empresa para a administração pública de Porto Alegre. Aqui, na verdade, está se demonstrando uma lógica, o empresariado é o único setor que a Prefeitura escuta, e quando vai debater com a Federasul, quando vai debater com o setor privado da tecnologia da informação, a discussão é bem diferente. Agora, quando é para debater com o quadro técnico, com os trabalhadores, com a sociedade civil, o debate é outro. São interesses que, sim, ficam ocultos, nem tanto assim, porque aos poucos vão aparecendo as relações de quem a Prefeitura vai nomeando para qual empresa, a forma como estão relacionados com o setor privado da tecnologia da informação, e aí a gente vai desvendando a situação. O risco é a população de Porto Alegre saber disso em meio a um apagão digital, em meio à ampliação de gastos públicos, porque é isso que está

colocado, outras capitais vivenciam essa situação; o risco gigantesco do desrespeito à Lei Geral de Proteção de Dados; o risco de decapitar a inteligência tecnológica de Porto Alegre. É isso que significa esse projeto. E é uma lástima que a gente tenha feito esse debate de maneira tão atravancada, sem as informações reais sendo colocadas na mesa, e desrespeitando, principalmente, aquilo que a Procempa tem de mais importante, que é a qualidade e a capacidade de seu quadro técnico dedicado à população e ao serviço público de Porto Alegre. Por isso vou votar não ao projeto do governo.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Estão suspensos os trabalhos da presente sessão, por dois minutos.

(Suspendem-se os trabalhos às 16h34min.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 16h46min: Estão reabertos os trabalhos. Agradeço a compreensão de todos. O Luiz Afonso, nosso diretor legislativo, está com a palavra para que esclareça as razões que nos levaram a suspender a sessão.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Nós tínhamos feito uma observação, que o projeto já estava com o prazo da vigência esgotado, por esta razão a emenda não precisaria ser objeto de dispensa, nem de parecer. Nos demos conta que, na verdade, com a ação judicial, ela determinou que, a partir da apresentação da Mensagem Retificativa se recontaria o prazo de 45 dias. Esse prazo termina agora no dia 28 de abril, na quarta-feira. Então, neste momento, teríamos duas soluções para a emenda; se os senhores me permitirem, vou ler o dispositivo que trata disso. A solução está no art. nº 170 do Regimento (Lê.): “A apresentação de emendas, durante a discussão geral, provocará a suspensão da sessão, pelo prazo máximo de uma hora, para parecer conjunto das Comissões Permanentes ou parecer da Comissão Especial”. Mas diz também, no § 2º, que (Lê.): “A requerimento escrito de Vereador [qualquer vereador], o Plenário poderá dispensar o envio das emendas para apreciação da Comissão”. Há essas duas saídas aí, então, a critério do senhor, Ver. Cecchim.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Então está esclarecido, na verdade, houve o entendimento inicial de que não haveria dispensa do envio às Comissões da Emenda nº 03 ao PLE nº 003/21, de autoria do Ver. Airto Ferronato, porque se tratava de um projeto em regime de urgência, mas a urgência foi postergada.

Vereador Idenir Cecchim (MDB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a dispensa do envio da Emenda nº 03 ao PLL nº 003/21 à apreciação das Comissões, para parecer.

Vereador Pedro Ruas (PSOL) (Questão de Ordem): Com base nas informações que já haviam sido prestadas do Regimento, eu não vejo como nós termos a dispensa, se o autor da emenda não quer a dispensa. É uma situação importante, circunstância especial: o autor da emenda não pediu a dispensa, portanto ele quer a análise de comissão, esse é um dado relevante que precisa ser considerado, senão vai ser atropelado o autor que não quer a dispensa, que não colocou isso, que não quer agora a dispensa, novamente. É o que eu entendi.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Diretor, pelo dispositivo, qualquer vereador pode requerer isso?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Na verdade, regimentalmente, o dispositivo diz assim (Lê.): “Art. 170. § 2º A requerimento escrito de Vereador, o Plenário poderá dispensar o envio das emendas (...)”. Ele não fala especificamente “requerimento do autor” – neste caso, de fato, haveria essa limitação. Quando o Regimento diz “de vereador”, aí é qualquer vereador.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Então está valendo o requerimento do Ver. Idenir Cecchim, entretanto temos uma questão de ordem do Ver. Mauro Pinheiro.

Vereador Mauro Pinheiro (PL): Boa tarde a todos os vereadores; Sr. Presidente, só quero lembrar aos vereadores que nós estamos criando um precedente bem complicado. Nós sempre – nesses três mandatos que estou aqui, Ver. Cecchim, e o senhor me acompanha – temos acordo com todos os vereadores, de todos os partidos, de situação e oposição, para não voltar e não trancar projetos por essa questão de emendas de vereadores. Estamos abrindo precedente, se vocês quiserem levar adiante, levem, mas depois não reclamem que a maioria está passando por cima da minoria. Só isso, Presidente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Ver. Mauro Pinheiro. Ver. Claudio Janta, por favor.

Vereador Claudio Janta (SD): Sr. Presidente, eu queria ir nessa mesma linha do Ver. Mauro Pinheiro, e dizer que, desde que cheguei na Câmara, é o primeiro projeto que vai para o plenário e que aparece essa possibilidade de envio para as comissões. Eu achei estranho, depois me explicaram, mas até agora tem sido sempre assim, senão vamos abrir esse precedente, eu acho que realmente vamos virar manchete de jornais por ser a Casa que não vai votar nada – nada, nada, nada! –, porque, se vai abrir esse precedente. Se vê claramente que o objetivo disso é atrasar a votação de um projeto, e isso vai me permitir, quando eu for contra a algum projeto, pedir para, em relação à emenda que eu apresentar – ou às emendas que eu apresentar, como líder de partido –, levá-las às comissões. Como o Ver. Mauro Pinheiro disse, acho que estamos

abrindo uma porta muito séria, não estamos olhando para a frente, não estamos olhando para a questão de ter um projeto – nós, todos os vereadores desta Casa – que pode ser inviabilizado e nós ficarmos nesse cabo de guerra. Acho que o jogo da oposição é válido, mas acho que esse jogo é muito perigoso no momento em que nós estamos vivendo e da forma como foi apresentado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, vereador. Trata-se, portanto, do encaminhamento do requerimento do Ver. Idenir Cecchim, que solicita dispensa do envio da Emenda nº 03, de autoria do Ver. Airto Ferronato, ao PLE nº 003/21 à apreciação das Comissões, para parecer. Isso está previsto no Regimento, conforme encaminhamento da Diretoria Legislativa, então teremos que apreciar o pedido. Mais uma questão de ordem, Ver. Pedro Ruas?

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Apenas para registrar, Presidente, que essas questões de futuro, alertadas pelo Ver. Mauro Pinheiro e pelo Ver. Claudio Janta, são uma coisa; a questão do Regimento, é outra. Se o autor tem a prerrogativa de pedir que a sua emenda seja apreciada pelas comissões, e ele quer manter essa prerrogativa, não tem por que não o atender com receio de algum precedente futuro; é outra questão, é regimental e é um direito dele.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, vereador. Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Pedro Ruas, o requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) **APROVADO** por 23 votos **SIM** e 11 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro aprovado o requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim.

Vereador Moisés Barboza (PSDB): Vejam bem: nós, aqui, defendendo que seja dispensado, que vá para o plenário, e a oposição, não! A oposição não quer que o plenário decida sobre a emenda. É absurdo! Eu votei por dispensar, e a gente poder votar no plenário, sim.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Não é o que disse o Ver. Moisés Barboza. A oposição quer que vá a plenário, mas o autor quer antes um parecer técnico, é um direito seu. Votei “não”.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Está encerrada a discussão. A emenda está destacada? Então a primeira votação seria da Emenda nº 03.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura da Emenda nº 03 ao PLE nº 003/21.) A emenda está destacada, permitindo encaminhamentos do autor e de um vereador por bancada.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Luiz Afonso e Márcio, eu me inscrevi para discussão lá atrás, antes da interrupção. Fiz uma inscrição pelo *chat*, que é a única forma de se inscrever aqui. Antes da interrupção dos trabalhos, depois do Ver. Matheus, eu estava inscrito, só que os trabalhos foram interrompidos. Não quero incomodar, mas é a ordem.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Não consta a inscrição de V. Exa. pelo *chat*.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Consta, é só olhares ali, tem textos, o pessoal comenta no *chat* outras coisas, aí acaba se perdendo. Não estou culpando vocês, estou dizendo que eu estou inscrito, está ali, foi antes da interrupção. Pode ser que vocês não tenham visto, lógico, pois escrevem qualquer coisa no *chat*. Está ali, sim.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Está bem. O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir o PLE nº 003/21.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Só para acertar o andamento da sessão, Sr. Presidente. Considerando que ainda não entramos na votação e retornamos, reabrindo a discussão.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Obrigado, diretor Luiz Afonso, Presidente Márcio. Esse tipo de debate é muito difícil, porque, infelizmente, a Câmara de Vereadores – isso não me estranha, mas eu sou obrigado a constatar e a afirmar –, muitas vezes, não funciona na base do argumento, ela funciona na lógica dos interesses, na defesa dos interesses – infelizmente, em alguns casos, são interesses privados que ficam acima dos interesses públicos. Eu creio que é o caso deste projeto. O projeto que nós vamos votar agora já foi apreciado pela Câmara de Vereadores, não faz muito tempo, tem vários vereadores aqui que estavam na legislatura passada e que apreciaram este projeto, que votaram este projeto, e votaram contra. Eu estou vendo vereadores apressados em votar, apressados em votar a favor, reclamando que a oposição está obstruindo, que tem que votar logo, que a emenda do Ferronato vai contra o projeto; mas foram vereadores que votaram contra este projeto no verão passado. Para ser mais concreto, mais específico, no dia 22 de setembro do ano passado, este projeto, tal qual está, foi votado, e foi uma ampla maioria de votos contra este projeto encaminhado pelo prefeito Marchezan, o PL nº 032. Não foram todos, é verdade, tem vereadores aqui que têm uma certa coerência, são defensores de uma ideologia neoliberal, defensores que o Estado não tem que ter peso nenhum na economia – o Ver. Felipe Camozzato votou contra, acho que o Ver. Mauro Pinheiro votou contra, votou a

favor do projeto do prefeito Marchezan. Mas a ampla maioria, a bancada do PP, a bancada do PTB, todos votaram contra este projeto. Este projeto não quebra o monopólio da Procempa; este projeto, na verdade, libera para que os empresários da área de tecnologia façam negócios com a Prefeitura sem que exista um controle técnico do Poder Público para fiscalizar, numa área que nós sabemos que já teve, na história da Prefeitura, muitos problemas. Eu creio, inclusive, que, infelizmente, a lógica da direção da própria Procempa contra o corpo técnico... Infelizmente, muitas vezes, a direção da Procempa, com raras exceções, tem feito mal à Procempa. Nós tivemos a experiência do Michel Costa, a que a Ver.^a Karen já se referiu, que foi nomeado presidente da Procempa quando, na verdade, ele tinha interesses em *lobby* empresarial para os seus próprios amigos, para os seus familiares, para ele mesmo. Agora, eu não conheço essa diretora da Procempa que foi nomeada, sei que ela era e é da direção da Federasul, portanto, está ligada ao ramo empresarial, e eu não sei se não tem, inclusive, conflito de interesse em relação a isso. Mas eu tenho muito claro que não faz nenhum sentido, sob o ponto de vista do interesse público, que a Procempa não possa fiscalizar os contratos que a Prefeitura vai fazer. A quem interessa que a Procempa não tenha poder de fiscalização? Nós não estamos falando da execução, nós não estamos fazendo uma defesa de que a Procempa tenha que estar realizando todos os trabalhos na área de tecnologia da Prefeitura, nós não estamos dizendo que a Procempa não tem que melhorar muito, o que nós estamos dizendo é que não é possível que o corpo técnico qualificado do poder público não possa fazer a gestão no sentido de que não possa dar o seu parecer para negócios feitos por políticos com empresas, quando nós sabemos como tem sido o comportamento dos nossos políticos e das nossas empresas. E nós estamos votando uma carta branca para que os políticos – eleitos, evidentemente, mas políticos, que passam – tomem decisões estratégicas sem que o corpo técnico possa emitir juízo, dar parecer, em última instância decidir se o negócio é benéfico ou não para a Prefeitura. Infelizmente, é isso o que nós estamos votando; infelizmente, não é a lógica do argumento que está prevalecendo, são interesses privados de ocupar mercado e ocupar mercado sem controle público. Muito obrigado, diretor, Presidente, vereadores e vereadoras.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Ver. Claudio Janta.

Vereador Claudio Janta (SD): Sr. Presidente, como membro da Mesa Diretora, eu quero reafirmar: eu conferi todo o *site*, e, depois do Ver. Matheus Gomes e do Ver. Robaina, não aparece a inscrição. Nós temos forma de levantar a mão, de mandar *direct* para a DL ou para V. Exa. quando a gente quer falar ou se inscrever. Então eu quero reafirmar que nesta sessão, como em todas as que nós fizemos de forma *on-line* ou híbrida, aos vereadores é permitido o uso da palavra. O Ver. Cecchim, ainda há pouco, ficou abanando ali para usar o seu tempo. Então, como membro da Mesa

Diretora, eu só quero reafirmar isso, porque há várias formas de os vereadores pedirem inscrição.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, vereador. Espero que, o quanto antes possível, nós possamos retornar às atividades, pelo menos semipresenciais, com o sistema híbrido, tenho certeza de que nos auxiliará muito, especialmente com relação a esse tipo de constatação. Agradeço a manifestação do Ver. Claudio Janta. Pergunto, então: temos mais algum vereador inscrito para discutir? Não havendo, encerraremos a discussão e passaremos a apreciar a Emenda nº 03.

Em votação a Emenda nº 03, destacada, ao PLE nº 003/21. (Pausa.) O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Estimado Presidente Márcio, amigos vereadores e vereadoras, eu, na verdade, não sabia que esta emenda, que me parece simples, traria uma discussão tão acirrada e extensa. O Ver. Cassiá Carpes, na sua intervenção, disse que a emenda esvazia o projeto, e, na minha maneira de ver as coisas, na verdade, a emenda aprimora em muito o projeto. Quando se fala no setor público, no serviço público, no caso da Procempa, pensemos no momento atual da pandemia sem o Instituto Butantan, sem a Fiocruz, como estaríamos. Com certeza, com mais de 500 mil mortes.

A emenda é simples, é lógica, é oportuna, porque, nos últimos mais de 45 anos, quando se pensou na aquisição de equipamentos, de serviços, de programas de TI, sempre tivemos uma posição da Procempa no processo. Agora, se pretende retirar 100% a Procempa do processo; não se deseja ouvir os técnicos em TI, preparados e experimentados. Parece que isso não se deseja, e Porto Alegre... (Problemas na conexão.) ...grande serviço de TI, dos melhores do Brasil, e graças à construção que foi sendo feita nesses últimos tantos anos, sempre com a presença da Procempa.

Qual a ideia da emenda? A emenda, basicamente, no seu primeiro artigo, proposição, diz que, na aquisição de bens e serviços, se teria uma consulta opinativa da Procempa, sem vinculação, não vinculativa, ou seja, a posição da Procempa seria em termos de uma opinião técnica. Eu acredito que é temeroso nós adquirirmos serviços de TI apenas ouvindo o CTIC que é uma criação, se assim se pode dizer, composta por secretários. Qual é o mal que teria a Prefeitura de Porto Alegre, que prejuízo teríamos se ouvíssemos, na aquisição desses equipamentos e serviços, uma opinião pura e simples da Procempa? Este é o meu pedido aqui: que se vote favoravelmente à emenda, porque ela não traz nenhum malefício ao serviço, ao processo. Pelo contrário, na minha modesta opinião e posição, com a emenda aprovada – emenda que, repito, é bastante simples –, nós teríamos aprimorado, muito aprimorado e, inclusive, modernizado todo e qualquer processo de aquisição de TI para a cidade de Porto Alegre. Portanto, eu repito que ouvir técnicos especializados no tema, que é, sim, bastante específico e especializado, faria muito bem à cidade de Porto Alegre. Obrigado, um abraço a todos, valeu pela atenção. Vamos votar favoravelmente à emenda.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Está registrada pelo *chat* a questão de ordem do Ver. Robaina.

O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 03, destacada, ao PLE nº 003/21, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, Presidente Márcio Bins Ely. Primeiro, já que falamos no Ver. Robaina, quero dizer que trouxe um dado, que nós temos que verificar agora – e vamos verificar – que a relação dúplice, ao mesmo tempo, da presidente da Procempa na Federasul e na presidência da entidade, ou seja, há um evidente conflito de interesses, não tenho a menor dúvida. Esse projeto é todo apressado, atropelado. Não permitir que houvesse parecer técnico sobre a emenda do Ferronato; não votar no plenário o meu recurso antes da votação do projeto, isso pode levar à nulidade da votação, foi dito pelo diretor. A questão do CTIC, ele está sendo criado agora junto com o projeto. Por que criado agora? Porque a criação por decreto não tem valor no arcabouço jurídico administrativo, na medida em que o decreto pode ser feito hoje ou amanhã pela mesma pessoa, ou até mesmo pelo vice-prefeito. Nós sabemos que, no caso da legislatura passada, do mandato passado, o prefeito e o vice tinham posições diferentes sobre vários temas, inclusive sobre este tema, sobre a Procempa. Então o decreto que não passa pelo Legislativo não tem valor para criar o CTIC. Não, o CTIC não existe, e está sendo remetido para o CTIC toda uma carga de trabalho, uma necessidade de acúmulo e conhecimento que só a Procempa tem. Então, na verdade, esse atropelo todo não vai terminar bem, é claro que não. É uma situação complexa, bastante complexa, que mexe brutalmente numa estrutura que há anos, há décadas presta serviços importantes e relevantes para Porto Alegre, e simplesmente, por algum motivo, a não ser o que se especula. Ora, a única coisa que se sabe é o que dizem e que tem sido dito por nós: abrem esse tipo de mercado para a iniciativa privada. É isso. Não tem paridade, não tem ganho para a população; tem ganho para a iniciativa privada, isso com certeza. Não houve uma tentativa de melhoria dos serviços da Procempa. Vejam bem, a emenda do Ferronato, que agora encaminho a favor, ela propõe apenas e tão somente que a Procempa opine, opine, e não é uma opinião vinculativa, é uma opinião - quer dizer, nem opinião da Procempa pode haver. Vejam que.... Com todo respeito, mas boa intenção não existe no projeto, porque, se não pode nem ter opinião da Procempa, o que teríamos, então? Já nem é a terceirização, é a opinião que propõe a emenda do Ferronato, e nem isso está sendo permitido. Então, isso aí, de fato, foi demais. E por ser demais, essa situação não vai perdurar, essa votação não vai ser mantida no nível que o governo quer. E eu encaminho, obviamente, favorável a essa emenda, mesmo sabendo que ela apenas prevê a possibilidade de opinião da Procempa, que nem isso parece que o governo aceita. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Leonel Radde está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 03, destacada ao PLE nº 003/21.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Encaminho em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, em nome dos vereadores Reginete, Oliboni, Jonas Reis, e voto favorável à Emenda do nobre Ver. Ferronato, que nitidamente tem como objetivo trazer uma melhora aos serviços prestados à nossa população. Não faz sentido que nós tenhamos a Procempa, com a potência, com a pujança que ela tem, e nós, simplesmente deixemos de lado todo *know-how* todo conhecimento, para simplesmente passar para terceiros a análise de contratos que a Prefeitura venha a assinar. Não é estranho que isso ocorra, que o objetivo do governo, neste momento, que isso ocorra num contexto em que nós temos uma direção dessa companhia que está atrelada ao grande empresariado – não tem problema nenhum o grande empresariado. Mas me causa estranhamento que neste momento em que o grande empresariado tem o interesse sobre a Procempa, que nós vamos começar agora a fazer esse tipo de procedimento atabalhado, sem respeitar os regramentos, sem respeitar aquilo que já foi construído ao longo de décadas na nossa capital, com dinheiro público, que o dinheiro público é utilizado para fortalecer a companhia, e ela se torna extremamente competente, extremamente relevante nos serviços prestados à população de Porto Alegre, e os cidadãos de Porto Alegre têm que saber os dados importantes sobre a Procempa, nesse momento. Ela é responsável por quase duas centenas de veículos roubados ou furtados, recuperados na nossa capital; ela responsável, inclusive, para quando houver o retorno às aulas, que nós tenhamos o controle de quem está usando máscara ou não – que é relevante neste momento que nem todo mundo está vacinado. E nós esperamos que as aulas só retornem quando os professores e todos os profissionais das escolas, merendeiras e toda a equipe estejam vacinados, mas mesmo com vacinação, vai ser necessário o uso de máscara, e a Procempa desenvolveu um *software* que permite, e inclusive, auxilia a Prefeitura e toda a sociedade, para que nós tenhamos uma segurança nos estabelecimentos de ensino. E é essa companhia que a Prefeitura quer, através de uma série de projetos, de uma série de ataques, entregar para a iniciativa privada, na medida em que ela vai perdendo, paulatinamente, toda a sua relevância e toda a sua possibilidade de prestar o serviço para o qual ela foi constituída. Então, essa emenda do Ver. Ferronato, traz algo simples que é trazer uma análise que a Procempa com todo o *know-how*, todo o conhecimento, tudo que foi acumulado ao longo de décadas, com o dinheiro público, como eu já disse, seja empregado para que a Prefeitura possa fazer o melhor contrato, com o melhor interesse público, com o maior respeito, a maior consideração com aquilo que é público, com os recursos do erário, com a capacitação técnica.

Então, eu não vejo motivos pelos quais a Procempa não possa fazer uma análise desses contratos. E isso, como já disse, é muito estranho nesse momento em que a direção dessa companhia tem uma vinculação direta e aparentemente ilegal com o grande empresariado da nossa capital. Isso é algo que tem que ser analisado, porque não me parece razoável que na gestão passada nós tenhamos avaliado situações muito

similares às que estamos avaliando agora, e boa parte dos vereadores estejam mudando seu entendimento.

Então, eu peço que seja visto com muito carinho essa emenda do Ver. Ferronato, porque ela tem como objetivo o melhor para a nossa cidade, o melhor para o erário público e o melhor para todos nós. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 03, destacada ao PLE nº 003/21.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Eu Queria fazer um apelo, porque nós da oposição somos contrários ao projeto e vamos votar contra o projeto. Fizemos isso já, eu votei contra esse projeto, quando ele veio do Prefeito Marchezan. Qual é o apelo? A emenda do Ferronato não vai contra o projeto; a emenda do Ferronato é uma salvaguarda mínima da Procempa, no sentido de que a Procempa possa ter, pelo menos, ter uma opinião sobre os contratos; como ele disse, não é vinculativa, ela não paralisa, porque essa poderia ser a argumentação do governo, que o parecer da Procempa seria uma forma de travar negócios mais rápidos. Mas no caso da emenda do Ferronato é uma opinião que a Procempa emite. Eu creio que os vereadores que votaram contra o projeto do Prefeito Marchezan em setembro do ano passado, a Ver.^a Mônica, o Ver. Cassiá, mesmo o Presidente Márcio Bins Ely, o Ver. Mauro Zacher, é uma emenda do Ver. Ferronato, e eu sei que esses vereadores que eu estou citando, não são vereadores que estão interessados em defender interesses privados na análise de tecnologia, eles estão fazendo uma votação de acordo com suas consciências. Mas eu quero chamar atenção para essa emenda do Ver. Ferronato é a preservação mínima de uma tentativa de extinguir a Procempa. Essa é a lógica do Felipe Camozzato, é a lógica das posições neoliberais que existem na cidade, que não acreditam no Estado, que defendem que a desigualdade é quase uma lei natural da economia e não acreditam que o Estado tem um papel econômico, quando a experiência mundial prova isso, mas eu não vou ficar discutindo aqui a ideologia do Felipe Camozzato e dos neoliberais. Eu quero apelar aos vereadores que entendem que é preciso ter algum poder, o Estado precisa ter um nível de regulação e controle, que tenham essa compreensão e que votem a favor da emenda, porque a emenda não vai contra o projeto. Eu estou contra o projeto, mas a emenda, pelo menos, dá algum sentido para a Procempa. Qual é o sentido para os vereadores, o que eu acho que os vereadores ganham votando a favor desse projeto, eles ganham um segurança, no caso desses vereadores que eu citei, poderia citar outros, como o pastor Hamilton também, que ganhariam a segurança de que a Procempa – o governo vai manter o seu interesse – mas ao mesmo tempo Procempa vai, pelo menos, ter uma opinião, e assim nós vamos estar valorizando o corpo técnico da cidade, e ao mesmo tempo, garantindo mais transparência, porque eu sei que esses vereadores têm interesse na transparência. Eu falo dos vereadores Cassiá, da Mônica, do Zacher, do

Presidente Márcio Bins Ely, do pastor Hamilton, de vereadores que nos acompanharam no voto contrário quando esse projeto era do Prefeito Marchezan. Tudo bem, se estão fazendo um juízo talvez diferente agora, mas a emenda não vai contra, e o projeto pode ter a aprovação de todos, e não precisa ser simplesmente o voto da oposição, ao contrário, ela pode ter o voto também daqueles que concordam com o projeto. A emenda não é uma emenda da oposição. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Apenas para registro, vereador, eu acho meritória a emenda do Ver. Ferronato, entretanto, o Presidente, por força regimental em matéria de maioria simples não vota. Só para deixar o registro.

O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 03, destacada ao PLE nº 003/21.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, Presidente. Acho que não vou precisar dos cinco minutos. Só para tranquilizar o Ver. Robaina, e todos os vereadores da oposição, que eu respeito muito, o Ver. Pedro Ruas, que já disse no início e foi honestíssimo, dizendo: não quero votação. Mas só para tranquilizar, nessa emenda do Ferronato, se ela é tão simples assim e tão singela, que é só uma opinião, ela está contemplada na emenda nº 01, de minha autoria; está contemplada. Ou ela não é tão simples, como disseram os vereadores Pedro Ruas e Robaina, ou ela está contemplada na emenda nº 01, que é para a Procempa acompanhar os processos que a Prefeitura vier a contratar, ou se servir da consultoria. Eu quero registrar uma coisa muito tranquila aqui, já apareceu no *chat*, se são contra o projeto, o Ver. Robaina não vai votar a favor da emenda do Ferronato, porque se aprovar a emenda do Ferronato, o Ver. Robaina e todos os vereadores da oposição vão votar contra o projeto. Então, eu acho que nem um de nós está aqui para fazer escadinha para ninguém, não vai ter essa escadinha, para aprovar uma emenda para depois desaprovar o projeto. Nós vamos ser muito coerentes, vamos aprovar as emendas que tem que aprovar e vamos votar, aprovando o projeto.

Eu estranhei muito aqui a participação, no final deste encaminhamento, de um grande advogado do Rio Grande do Sul, e não é só um grande advogado de Porto Alegre, o Ver. Pedro Ruas é um grande advogado do Rio Grande do Sul, ele é uma personagem jurídica do nosso Estado, além de ser um bom político, respeitoso. Hoje ele fez umas ameaças, mas ele não faz assim, certamente ele não tem o sentido de ameaçar, que vai derrubar o projeto em algum momento no Judiciário. Olha, Ver. Pedro Ruas, eu tenho certeza que o senhor defende e honra a cadeira que ocupa, aqui, na Assembleia, onde o senhor está na vida política, como secretário de obras que foi no Rio Grande do Sul, bom secretário, coerente. Eu acho que não fica legal ameaçar: “Ah, se vocês ganharem no voto, se vocês fizerem 25 a 11, nós vamos ganhar lá na justiça”. Foi mais ou menos isso que eu entendi. Se eu entendi errado, eu me desculpo, mas foi isso que eu entendi. Então, nós temos que votar as emendas. Essa emenda do Ver. Ferronato, se a intenção é simples como disseram os vereadores de oposição, tão singela essa emenda,

a Emenda nº 01 já contempla. Então, nós podemos votar tranquilos contra a emenda do Ver. Ferronato, porque ela já está contemplada na Emenda nº 01, que nós apresentamos justamente para valorizar os profissionais da Procempa. Eu tive a felicidade de ouvir do Ver. Pedro Ruas elogios a essa emenda, que pelo menos lembramos dos funcionários e da estrutura da Procempa. Então, vamos votar contra a emenda do Ver. Ferronato, meu querido colega de faculdade, votar contra essa emenda e vamos levar para a votação do projeto, eu tenho certeza de que será um marco na agilidade das demandas de que a cidade precisa. As demandas de que a cidade precisa terão que ter a inteligência da Procempa já adquirida, mas com mais agilidade. E esse projeto, tenho certeza, vai fazer com que a Procempa seja mais ágil com a competência que tem. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Pedro Ruas está com uma questão de ordem?

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Agradeço, fui citado pelo meu nobre amigo a quem eu admiro muito, Ver. Idenir Cecchim, que é líder do governo. E eu realmente não fui bem interpretado, vereador, não sei com qual palavra e qual expressão exatamente. Eu não falei que ia fazer, que, se perdesse no voto, eu ia fazer. Não. Eu fiz um alerta para alguns atropelos que eu elenquei, passei um por um, e que isso poderia gerar nulidade. Então, eu não ameacei fazer esse tipo de ação, não foi essa a intenção. E o Ver. Cecchim, que me conhece há muitos anos e há uma admiração de que ele falou e eu quero dizer que é recíproco. Admiro muito o Ver. Cecchim, que tem um comportamento ético, correto, respeitoso e eu fiz questão de fazer esse esclarecimento, Presidente, porque elenquei fatores que, de fato, podem levar à nulidade de tudo que foi feito. Até por obrigação minha, eu como advogado, porque são fatores que realmente prejudicam o andamento em nível da nulidade. Só isso, muito obrigado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Mais uma questão de ordem, Ver. Robaina?

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Presidente, não é nem, na verdade, como nós estamos nessa questão remota, é muito difícil às vezes a gente interpelar. Então, a gente usa a questão de ordem; às vezes, nem é propriamente uma questão de ordem. É o meu caso agora, mas eu queria fazer um encaminhamento, uma pergunta para o líder do governo, por isso eu queria falar, porque, no plenário, a gente pode fazer isso e numa sessão como esta é mais difícil. Qual é a margem que se tem de discutir, se a oposição vota o projeto, o governo vota a emenda do Ferronato, porque, do contrário, simplesmente é uma discussão... (Problemas na conexão.) ...O Cecchim disse... Eu entendi claramente, eu sou contra o projeto. Eu voto contra o projeto, mas eu também sei examinar a relação de forças na Câmara, e o projeto do Ferronato é o mal menor. Então, eu queria saber um pouco também qual é a posição do governo. Porque se o

governo quer conduzir a Câmara no sentido de... (Problemas na conexão.) ...então, determinados acordo são possíveis; se vocês dão acordo à emenda do Ferronato, se nós dermos acordo ao projeto. Se são proposições assim, nós podemos parar e discutir. Nós não queremos exercer a oposição e perder por perder, nós queremos tratar de ou conseguir o melhor ou conseguir o mal menor, se o melhor não pode ser feito. Então, coloco isso, porque eu considero que a emenda do Ferronato não é contra o projeto. Eu não sei da emenda do Ferronato, quem fez foi ele, mas eu prefiro... (Problemas na conexão.) ...compreende? Então, não é uma questão de ordem. Eu sei que isso não é uma questão de ordem, mas é uma questão de política para que a gente possa proceder da melhor forma na Câmara, e numa sessão presencial isso é viável e infelizmente neste tipo de sessão é impossível. É uma pergunta que eu faço à liderança do governo, para aprovar a emenda do Ferronato que é o meu interesse.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Pedro Ruas, a Emenda nº 03, destacada, ao PLE nº 003/21. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Após a chamada nominal.) **REJEITADA** por 11 votos **SIM** e 23 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro rejeitada a Emenda nº 03 ao PLE nº 003/21.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): O Ver. Ferronato buscou mediar uma situação-limite. Eu votei “sim”.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Pode proceder à leitura da Mensagem Retificativa e das emendas, diretor.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura da Mensagem Retificativa nº 01 e das Emendas nºs 01 e 02 ao PLE nº 003/21.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o PLE nº 003/21, com a Mensagem Retificativa nº 01 e as Emendas nºs 01 e 02, não destacadas. (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Vereadores, vereadoras, colegas e público que nos assiste, neste momento, eu tenho colocado já ao longo do tempo, fiz questão de salientar isso, que há determinados aspectos específicos a esse projeto, da sua tramitação e agora na sua votação, que poderiam e deveriam ser diferentes. Isso pode acarretar problemas sérios ao projeto. E poderiam ter sido soluções simples, singelas. Me parece que nós tínhamos que ter atuado mais conjuntamente, mas é que há muito confronto nessa questão situação x oposição. Digo isso, porque as nossas

sugestões, via de regra, não são nem consideradas. A própria sugestão do Ver. Roberto Robaina, do líder do PSOL, de alguma margem de negociação, não foi nem respondida. Nós temos momentos aqui em que o que foi decidido vai criar problemas ao próprio projeto. Não tenho dúvida.

Mas encaminho contrariamente, pela oposição, por esse e por outros motivos. Agora vem o mérito, antes era a forma. No mérito, o que nós temos é uma desconstituição de um órgão público da maior importância, da maior relevância; uma empresa de caráter público, de natureza jurídica complexa, importante, mas com poder público atuante, através da Procempa, na tecnologia de informação, em que ela vai perder a sua razão de ser. A verdade não está sendo dita. O que se divulga para a imprensa é a ideia de quebrar o monopólio da Procempa, mas, na verdade, o que está ocorrendo é a extinção da companhia. São coisas diferentes. A questão da quebra do monopólio, que sequer existia, é uma coisa; quanto à questão da extinção da empresa, eu duvido que, se os porto-alegrenses soubessem, pudessem acompanhar, no meio dessa tragédia, que é a pandemia, que está acontecendo aqui, por certo estariam, em grande número, em maioria, contra o que é uma perda de patrimônio. Dizia aqui o Ver. Leonel Radde quantas décadas de investimento público foi feito ali, quantas pessoas passaram, conheceram e aprenderam muito? Hoje, tem técnicos fantásticos da Procempa, que, ao se aposentar, por óbvio, serão contratados pela iniciativa privada.

Então, e aqui finalizo, Presidente, agradecendo, o encaminhamento é votar contra, sim, à Mensagem Retificativa, às emendas e, fundamentalmente, contra o projeto, porque ele, na realidade, nos traz um novo tempo brutal, muito negativo, um retrocesso. Nós passaremos a ter, nas mãos privadas, algo que levou décadas para ser construído de forma pública e aí, por um projeto, e a troca de nada... Porque isso aqui consegue ser, vereadores e vereadoras, meu caro Ver. Oliboni, pior que uma privatização, já que não há ganho nenhum. É pior que a privatização, porque, na privatização, que eu não defendo, que eu sou contra, há o argumento de que entrou algum valor para o erário. Mas aqui, nada. Aqui, ocorrerá uma extinção, por nada. Simplesmente, a Procempa para de ter função. É algo que, quando a gente vota, tem que saber o que está votando. E é isso que vai acontecer, lamentavelmente. Mas, então, fica aqui o nosso encaminhamento contrário, lamentando muito que Porto Alegre tenha que passar por isso agora, exatamente nesse momento tão trágico, em que todas as nossas atenções deveriam ser voltadas exclusivamente para o combate à pandemia e suas trágicas consequências, mas nós estamos aqui a destruir o patrimônio público.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Leonel Radde está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 003/21, com a Mensagem Retificativa nº 01 e as Emendas nºs 01 e 02, não destacadas.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Encaminho pela bancada do Partido dos Trabalhadores contrariamente e é com muita tristeza que a gente observa como está se constituindo a política frente à Procempa.

Como bem disse o Ver. Ruas, é inacreditável que nós estejamos votando esse tipo de projeto, neste momento, em que a gente tem quase 90% de ocupação dos leitos da UTI. A vacinação já se encontra atrasada novamente e não temos as doses que o Ministério da Saúde deveria enviar. Nós autorizamos a Prefeitura para aquisição das vacinas, inclusive, autorizamos o que não foi aprovado na Câmara. E é bom que se diga que a oposição propôs que as emendas impositivas dos vereadores e as verbas de gabinete fossem direcionadas à compra da vacina, mas fomos derrotados aqui nesta Casa. E, nesse contexto, neste momento, nós estamos, então, dilapidando, de forma gratuita, desculpem a redundância, a nossa companhia, que é exemplo na tecnologia da informação, que vem atuando, como eu já disse, de forma exemplar durante toda essa pandemia, nos hospitais, fazendo toda a interligação das informações da ocupação de leitos, de toda a gestão da pandemia da capital. Graças à Procempa, nós não tivemos um caos ainda maior do que já tivemos graças a má gestão da administração do Sebastião Melo - como todo mundo sabe, virou matéria internacional da sua má gestão. E é nesse contexto que nós estamos entregando, de mão beijada, a nossa companhia, estruturada há décadas e que presta um serviço inestimável, serviço esse que a população de Porto Alegre muitas vezes não sabe, porque acredita que esse trabalho seja um serviço prestado pela Prefeitura, e é, mas a população não visualiza o trabalho da Procempa. Então, é muito fácil vender a ideia de que nós temos que acabar com o monopólio. Agora, falar em monopólio é muito bonito, pois ninguém gosta de monopólio. Só que não existe monopólio, no entanto, a gente utiliza um termo, porque é um termo negativo para ganhar a opinião pública. Hoje mesmo, nos jornais, estava escrito que será votado na Câmara de Vereadores um projeto de lei que termina com o monopólio da Procempa, sendo que o Secretário Shirmer já declarou que não existe monopólio por parte da Procempa. Isso está gravado numa sessão desta Casa, mas, como foi vendida essa matéria hoje, para os jornais, que, com certeza foi enviada pela própria Prefeitura, dizendo que seria votado um projeto contra o monopólio da Procempa. É até uma desonestidade o que está sendo feito neste caso. E é algo extremamente criticável nós entregarmos, a preço de nada, algo que foi construído há décadas, com dinheiro público, e que presta um bom serviço. E, se não presta um serviço melhor, é bom que se diga que a Procempa está sendo administrada, também há décadas, um pouquinho menos de duas décadas, pelos mesmos que estão hoje administrando a Prefeitura de Porto Alegre: Sebastião Melo, José Fortunati, Fogaça, Marchezan. Então, se, mesmo com essas administrações, que sempre lutaram contra a Procempa – tanto é que o Marchezan queria também extinguir a Procempa -, ela segue prestando um excelente serviço, imaginem se tivéssemos, administradores e prefeitos, preocupação real com aquilo que é público, com a própria população, com os valores e qualidade dos serviços prestados, e não simplesmente entregando para a iniciativa privada, porque tem interesses ou vinculações aí que nós não conhecemos ainda, mas que, certamente, aparecerão num futuro próximo. E isso fica dessa maneira. Mas nós lutaremos até o fim, porque a

Procempa é um patrimônio nacional, que não pode ser destruído dessa forma tão covarde como está sendo. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 003/21, com a Mensagem Retificativa nº 01 e as Emendas nºs 01 e 02, não destacadas.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Eu me inscrevo, também, novamente, para encaminhar contrariamente à votação desse projeto. É um recado, pela forma como está sendo votado, também com outras categorias de outras instituições públicas, empresas públicas, como o Departamento de Águas e Esgoto do Município, como a Empresa de Transporte Carris, a forma como está se dando as discussões aqui dentro da Câmara de Vereadores e pela coesão que o governo Melo conseguiu - à base de muito cargo comissionado, de muita politicagem -, para estar votando projetos de privatização que faz parte do ajuste fiscal que dá sustentação a toda essa ideologia que nós criticamos, do bolsonarismo, que nós criticamos também do governo Melo, a base de muito negacionismo, de muita anticientificidade, de colocar prioridade na agenda econômica privatizante acima da agenda das necessidades do povo em relação à alimentação, à moradia, à política de renda para esse momento tão difícil que nós estamos vivendo esse ano. Isso é um alerta para as categorias. Nós estamos com muitas dificuldades para nos mobilizar e os governos, de forma oportunista, estão se utilizando da pandemia para passar a boiada. Então, é um recado para os trabalhadores da Carris, do Departamento de Água e Esgoto, pela forma com que estão tocando a boiada dentro da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Mas não existe beco sem saída na política. Sempre tem o que pode ser feito. É importante os trabalhadores da Procempa seguirem fiscalizando, reportando para os vereadores os furos que vão estar acontecendo, as politicagens, porque a gente precisa estar em cima, porque empresas que não têm *know-how* vão querer se apropriar dos equipamentos públicos, da nossa estrutura, dos nossos dados para fazer dinheiro. A gente precisa reverter esse processo que nós estamos votando hoje, aqui na Câmara de Vereadores, com pressão popular, com pressão da categoria, com pressão dos professores, com pressão dos trabalhadores da saúde, da assistência, da EPTC, de todos aqueles que necessitam da empresa de processamento de dados pública, eficiente e atuante que está sendo desmontada e desqualificada da forma como a gente presenciou nesta tarde. Não existe beco sem saída na política, vamos para cima, vamos fiscalizar e vamos também ser solidários com outras categorias que, brevemente, vão estar passando pelo mesmo desmonte. Precisamos nos unir e precisamos seguir na luta de cabeça erguida. É isso.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 003/21, a Mensagem Retificativa nº 01 e as Emendas nºs 01 e 02.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Presidente Márcio, demais vereadores; eu até nem ia me inscrever, para poder votar de uma vez este projeto, mas, escutando tanta acusação, tanto ataque de quem é contra o projeto, a gente não tem como não fazer uma fala. Talvez eu nem utilize os cinco minutos, Presidente. Em primeiro lugar, eu quero dizer que esses que defendem tanto a Procempa devem ser pessoas que não conhecem bem a realidade. Tanto o PT quanto o PSOL dão um discurso que defende o pobre, o trabalhador, a pessoa humilde, a pessoa da periferia, esse é o discurso, Ver. Cecchim, que eu escuto todo dia. Só que, na hora que for ver, eles estão defendendo um custo para o Município, e nós não estamos falando de privatização, estamos falando de quebra de monopólio. A Procempa custou, no ano de 2020, mais de R\$ 90 milhões para os cofres públicos. Com esses R\$ 90 milhões poderiam ter sido atendidas pessoas da periferia. Quantas pessoas da periferia poderíamos ter atendido com esses R\$ 90 milhões? As pessoas que trabalham na Procempa são pessoas muito bem remuneradas, que, certamente, não são pessoas da periferia. Nós temos oito pessoas que ganham acima de R\$ 30 mil. Servidores da periferia, devem ser, não é, vereador? Nós temos mais de 50 pessoas que ganham mais de R\$ 10 mil, vereador Radde. Aí vão dizer que não são concursados. Não são CCs! São pessoas que entraram lá por um sistema estatal que foi montado e que não funciona, porque nós sabemos que a Procempa tem uma série de dificuldades para atender, por isso nós estamos quebrando o monopólio, queremos quebrar e vamos quebrar o monopólio. Nós queremos mais atendimento, melhor atendimento por um custo menor, com mais eficiência para a população que está lá na periferia, para toda a cidade de Porto Alegre, inclusive, para os que vocês dizem que defendem. Vocês não defendem mais a periferia, vocês fazem o discurso que defende a periferia; vocês defendem é a estatização e o crescimento do serviço público e do serviço estatal. Vocês não defendem a periferia, porque eu não conheço ninguém da periferia que ganhe mais de R\$ 50 mil, R\$ 30 mil, portanto, não é quem vocês estão defendendo. Vocês estão defendendo os companheiros e os camaradas, e não defendendo a população de Porto Alegre. E ficam acusando os vereadores de que estão defendendo as grandes empresas. Nós estamos defendendo a livre concorrência, como vocês deveriam estar defendendo. Agora, quem defendia a estatização da Petrobrás, porque lá foi feito o que foi feito para dividir dinheiro e pagar campanhas políticas, deve ser por isso que estão defendendo a Procempa. No mesmo sentido, talvez seja a relação Procempa/Petrobrás; Petrobrás/governo federal; Procempa em Porto Alegre. Quem sabe não é por isso que tem tanta defesa para a Procempa, pelos altos salários? Quem conhece a Procempa sabe as dificuldades que já foram enfrentadas lá. Eu fui presidente da CPI da Procempa, e quem saiu preso de lá não foi CC, foi um servidor público que estava comandando a Procempa. Então, vamos ter muito cuidado com essa grande defesa das grandes estatais, por cabides de emprego, locais para fazer grandes negócios. Nós queremos que a

empresa Procempa preste um serviço que ajude a Prefeitura, cuide do processamento de dados. A Prefeitura contrata, paga e investe R\$ 90 milhões em 2020, para a Procempa ir lá e contratar uma empresa para prestar um serviço para a Prefeitura. A Prefeitura contrata a Procempa sem licitação, sem concorrência, e eles que fazem lá e contratam quem eles querem. Será que não está aí a vontade do PT e do PSOL em manter a Procempa? Porque lá acontecem os contratos, e não precisa a licitação da Prefeitura? Eu estou começando a ficar desconfiado. Portanto, eu sou favorável a terminar com o monopólio da Procempa, é isso o que nós estamos votando aqui. A Procempa foi criada nos anos 1970, para contratar quem ela quisesse, sem passar pela Prefeitura. A Prefeitura não tem poder de fazer uma licitação para contratar. A emenda do Ver. Ferronato dizendo que a Prefeitura... Botar uma emenda, fazer uma lei para dizer, Ver. Ferronato, meu amigo Ferronato, fazer uma lei dizendo que a Prefeitura pode pedir para a Procempa auxiliar? Não precisa de lei, a Procempa vai continuar prestando serviço para a Prefeitura. Quando a Prefeitura quiser, chama a Procempa. Não tem que botar obrigação dizendo que a Prefeitura pode chamar a Procempa. Certamente, todas as vezes que a Prefeitura for fazer um contrato, vai ter alguém da Procempa ajudando, até porque ela presta serviço para a Prefeitura. A Prefeitura vai continuar mandando recursos para a Procempa, que vai continuar trabalhando para a Prefeitura. Todos os sistemas que hoje a Procempa cuida, ela vai continuar cuidando, porque faz parte do sistema entre Prefeitura e empresa pública. Agora, dizer que se está vendendo a Procempa, se está quebrando a Procempa... Eu até gostaria de estar vendendo mesmo, gostaria muito que nós estivéssemos falando hoje da privatização da Procempa, e não só da quebra do monopólio. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 003/21, a Mensagem Retificativa nº 01 e as Emendas nºs 01 e 02.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, Presidente. Eu até nem ia falar, porque os meus queridos colegas defendem tão bem o projeto que, para mim, não seria necessário fazer nova defesa. Mas, como levantaram, levemente, uma crítica à presidente Letícia Batistela, porque ela seria da Federasul. Mas que bom que ela é da Federasul! Qual é o problema? Nós estamos cheios de presidentes de sindicatos que são deputados, nós estamos cheios de presidentes de entidades importantes que são ministros, são deputados. A Letícia Batistela é do ramo, ela conhece. Que bom, eu quero aplaudir por ela pertencer ao associativismo, a uma entidade importante como é a Federasul. Fique tranquila, presidente. Essas aleivosias da oposição, para mim, são naturais. A senhora fique tranquila com o seu conhecimento da matéria, com a sua diretoria, com a Débora, com o Seadi, vocês vão cuidar muito bem da Procempa desamarrada, e a Prefeitura também. Tenho certeza de que os serviços da Procempa, doravante, vão ser mais ágeis, e vão entregar para a população de Porto Alegre bons

serviços. Nós não estamos aqui desfazendo de nenhum funcionário da Procempa. Tem muitos funcionários muito qualificados, mas, provavelmente, eles estejam amarrados pelas... não é ditadura da coisa, mas tem as amarras naturais do poder público, não conseguem ter agilidade, e nós queremos agilidade e competência. Tenho certeza de que tem muita competência, mas pouca agilidade, que nós vamos corrigir com este projeto, com essas emendas.

A Emenda nº 01, olha, eu fiz ouvindo a oposição. A Emenda nº 02, foi ouvindo a oposição. Eu agradeço ao Ver. Pedro Ruas, que levantou essa suspeição de que o CTIC não deveria ser por decreto. Pois estamos ouvindo a oposição e fazendo uma emenda para fazer dentro da lei. Então, tranquilos pela votação. Não sei, eu tinha sonhado com 25 a 10, mas eu acho que vai dar 25 a 11, está bem assim. Eu fico feliz com a base, que ela esteja entendendo e votando esse projeto.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 003/21, a Mensagem Retificativa nº 01 e as Emendas nºs 01 e 02.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Meu caro Presidente Márcio, amigos vereadores e vereadoras; com todo o respeito que me merecem todos, depois de ouvir o amigo Mauro Pinheiro, imediatamente me inscrevi, até porque o Mauro começou numa grande conversa sobre os salários da Procempa e registrou, três ou quatro vezes, os R\$ 10 mil de remuneração. Com todo o respeito, é uma remuneração justa e baixa para as altas autoridades de informática que nós temos lá, que, na iniciativa privada, ganhariam bem mais. Quando se fala no recurso, no prejuízo, nos milhões que se consomem, é um equívoco o que está acontecendo neste País: avaliar estatais pelo resultado. Estatais precisam ser avaliadas se são estratégicas, ou não. Na minha visão, a Procempa é uma empresa estratégica para Porto Alegre. Depois o meu amigo Mauro começou a conversar sobre problemas outros acontecidos no setor público, pois nós temos, sim, as nossas mazelas. Eu quero registrar em bem claro e bom som que sou favorável à iniciativa privada e aos bons e sérios empreendedores que temos. Agora, os grandes rombos nacionais dos últimos cinco anos aconteceram mais ou menos assim: quem produziu e vendeu carne podre para o Rio Grande do Sul? Empresários que mudaram as etiquetas. Quem vendeu leite com soda cáustica? Fomos nós, servidores públicos, amigo Mauro? Criminosos, pena de morte. Quem colocou farinha nos comprimidos foram empresários. Próteses desnecessárias, foi um médico não do setor público. Os açougueiros de Goiás, a Lava Jato, a Petrobrás e outros rombos de bilhões aconteceram com empresários mancomunados com políticos, não foram os servidores públicos. Basta, recentemente, avaliar o que aconteceu com a compra de equipamentos, as empresas aumentando, vergonhosamente, os preços; os empresários que furaram a fila e se juntaram a uma criminosa, que não é servidora pública e que fez vacina de água para eles. Não fomos nós, servidores públicos. Repito: temos as nossas

mazelas, respeito, e acho que são produtivos para o País os bons empresários, agora, não temos só santos. Eu acredito que a minha emenda apenas traria alguma coisa que o próprio Ver. Cecchim disse, se é tão certo assim, por que não aprovar? Para mim, sem oposição, nem situação, eu sempre defendi e vou defender, também – também! –, o setor público. Um abraço a todos e obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Não havendo mais inscritos, coloco em votação.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em votação nominal, solicitada pela presidência, a Mensagem Retificativa nº 01 ao PLE nº 003/21. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADA** por 23 votos **SIM** e 11 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro aprovada a Mensagem Retificativa nº 01 ao PLE nº 003/21.

Vereador Jonas Reis (PT): Votei “não” para proteger a Procempa da entrada da corrupção.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em votação nominal, solicitada pela presidência, a Emenda nº 01 ao PLE nº 003/21. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADA** por 21 votos **SIM** e 12 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro aprovada a Emenda nº 01 ao PLE nº 003/21.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em votação nominal, solicitada pela presidência, a Emenda nº 02 ao PLE nº 003/21. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADA** por 19 votos **SIM** e 12 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro aprovada a Emenda nº 02 ao PLE nº 003/21.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Votei “não”, com todo respeito ao Ver. Idenir Cecchim, justificando que a criação do comitê municipal só pode ser feita por decreto, teria que fazer um grande reparo, e a Procempa não tem assento nesse comitê, lamentavelmente. Então para mim está deslocado, com todo o respeito.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Peço licença aos vereadores para dar uma notícia ao nosso ex-colega Valter Nagelstein: dizer que o PSOL, o PT e o PCdoB votaram unânimes a favor do projeto dele. Eu votei “sim”.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Pode avisar o ex-vereador Valter Nagelstein que foi aquele projeto construído na CUTHAB, com reuniões da sociedade civil, que nós votamos a favor, e o governo votou contra – o projeto da CUTHAB; mas eu votei contra este projeto agora, pelas razões alegadas pelo Ver. Oliboni.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em votação nominal, solicitada pela presidência, o PLE nº 003/21. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADO** por 23 votos **SIM** e 11 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro aprovado o PLE nº 003/21.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Votei “não”, e faço uma observação para que depois da votação desse projeto de lei, já em acordo com o líder do governo, seja feita verificação de quórum.

Vereadora Fernanda Barth (PRTB): Com muita alegria, eu votei “sim”.

Vereador Moisés Barboza (PSDB): Reforçando o desejo dos vereadores Mauro Pinheiro, Felipe Camozzato e este vereador, eu votei “sim”.

Vereador Ramiro Rosário (PSDB): Votei “sim” com louvor, com menção a esse desejo, desde a gestão passada, e mantendo a coerência.

Vereador Aldacir Oliboni (PT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Solicito que se proceda à chamada nominal para verificação de quórum solicitada pelo Ver. Aldacir Oliboni. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede a chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) 23 vereadores responderam a chamada nominal. Há quórum.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0495/19 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 023/19, de autoria da Ver^a Lourdes Sprenger, que inclui inc. V no parágrafo único do art. 51 da Lei Complementar nº 694, de 21 de maio de 2012 – que consolida a legislação sobre criação, comércio, exibição, circulação e políticas de proteção de animais no Município de Porto Alegre e revoga legislação sobre o tema –, e alterações posteriores, excetuando da proibição à permanência de animais em locais públicos ou privados de uso coletivo os estabelecimentos comerciais privados, tais como shoppings e lojas, que permitam aos clientes a permanência e a condução de seus animais de estimação. **(SEI 004.00027/2020-51)**

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Adeli Sell: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e da Emenda nº 01.

Observações:

- com Emenda nº 01, do Ver. Adeli Sell;
- com Requerimento de art. 81 da LOM;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 26-04-21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em discussão o PLCL nº 023/19. (Pausa.) A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Sr. Presidente, serei breve. Na realidade é um projeto para adequar uma realidade já existente, que é a participação das mascotes com seus tutores nos *shopping centers* e grandes estabelecimentos que já praticam, com certos protocolos, a participação de animais com seus tutores dentro de carrinho ou na guia. Nós temos uma lei municipal que proíbe, e esses estabelecimentos poderiam até ser multados se não se alterasse essa lei. Então ela é bem simples, ela só adequa o que já existe hoje, essa compreensão de que o animal faz parte da família, e, para nós, é muito melhor o tutor levar o animal a dar uma volta, se desestressar do que ficar latindo dentro de um apartamento, com reclamações, provocando desavenças entre os vizinhos. É nesse sentido, é uma adequação, esse projeto que apresentamos.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Leonel Radde está com a palavra para discutir o PLCL nº 023/19.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): É um projeto muito relevante, porque dia após dia a gente consegue observar que a pauta dos direitos dos animais vem

ganhando relevância e isso é muito salutar, porque, de fato, muitas pessoas, como bem falou a Ver.^a Lourdes, não têm como deixar o seu bichinho o dia inteiro trancado dentro de um apartamento, precisa fazer a sua rotina de ir ao supermercado, e, para isso, é muito importante que ela possa levar o seu animalzinho para que ele também tenha um momento para caminhar, um momento para tomar um ar. Para muitas pessoas, isso pode parecer irrelevante, mas, se nós entendermos a importância que esses animais têm para milhares de pessoas na nossa cidade, isso começa a ter uma relevância muito grande. É só a gente observar aqui, a própria Ver.^a Lourdes foi eleita principalmente pela pauta animal, nós temos diversos casos de políticos eleitos exclusivamente pela pauta animal, isso demonstra que a sociedade está cada vez mais sensível a essa causa.

Eu espero que a gente avance também em aspectos mais profundos dessa causa, que a gente discuta a pauta vegetarianismo, a pauta vegana, e que realmente se avance no combate aos maus-tratos contra os animais, que a gente amplie, inclusive, os animais que nós estamos tratando, que não fiquemos restritos somente aos *pets*, a essas políticas mais restritas a gatos e cachorros, que a gente possa ampliar realmente para todos os animais, e que nós tenhamos cada vez mais políticas, cada vez mais leis, cada vez mais órgãos públicos, cada vez mais ONGs que trabalhem com a causa animal. Isso, com certeza, vai se refletir inclusive no bem-estar de todos nós. A própria Covid-19 tem uma relação direta aos maus-tratos, à forma desenfreada que nós temos hoje do consumo de carne, da falta de cuidado com os animais, da falta de cuidado com o meio ambiente, da extrema exploração a que estamos submetendo os animais, e isso causa um desequilíbrio muito severo em toda a nossa sociedade, no mundo inteiro, e o reflexo nós estamos vivendo hoje com mais uma crise sanitária e dessa vez com caráter de pandemia, que levou a milhões de mortes no planeta.

Então essas pequenas políticas que têm como objetivo enxergar os animais como seres sencientes, que têm como objetivo entender a correlação que existe de simbiose, praticamente, entre seres humanos e animais, isso é muito forte e gradativamente vai trazendo uma nova inter-relação entre seres humanos e animais numa situação de completo respeito e completa simbiose, como eu já disse. Eu tenho certeza de que nós devemos aprovar esse projeto aqui na Casa, porque vai trazer esse benefício. Então parabenizamos a iniciativa da Ver.^a Lourdes. Votaremos favoráveis ao projeto. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Encerrado o prazo regimental da sessão. Convido os vereadores e as vereadoras para que possamos dar prosseguimento a essa pauta na próxima quarta-feira. Muito obrigado. Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 18h57min.)

* * * * *